

Integração regional
e Comunidade de Segurança:
construção do Conselho de
Defesa Sul-Americano
da UNASUL

PÁG.17

Fundamentação da
Metafísica
dos Costumes

PÁG.21

Cultura, Identidade
e Política Externa
um breve ensaio

PÁG.25

O papel da Legião Es-
trangeira para a ma-
nutenção dos interesses
da França no Mali

PÁG.28



JULHO - OUTUBRO / 2013 | ANO 1 - NÚMERO 2

ISSN 2318-9711

COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

uff

Dubai: The Global Village

PÁG.05

Theory Talk:
Interview with
Kenneth Waltz

PÁG.9

Resenha do livro
“A virtude soberana:
A Teoria e a Prática
da Igualdade”

PÁG.7





UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF: Prof. Roberto de Souza Salles

Vice Reitor da UFF: Sidney Mello

Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos: Prof. Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Extensão: Sílio Werdes Machado

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Humberto Fernandes Machado

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Emmanuel Paiva de Andrade



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Diretor do INEST: Prof Dr.Eurico de Lima Figueiredo

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Chefe do Departamento: Prof. Dr. Thiago Rodrigues

Vice-chefe do Departamento: Prof. Dr. Adriano Freixo

COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO:

CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO

CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

sapientia potentia est

ISSN 2318-9711

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com

Expediente Staff

O Cosmopolítico | Ano 1 - 2ª Edição
Niterói, RJ - Julho 2013 - Outubro 2013

ISSN 2318-9711

CONSELHO EXECUTIVO

Murilo Gomes da Costa
Editor-Chefe | Editor-in-Chief

Isis Araújo
Editora Executiva | Executive Editor

Brunna Barros
Editora Consultiva | Consulting Editor

Julia Leão
Editora Científica | Academic Editor

REVISORES

Edson Medeiros
Fernando Roberto

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo

Prof. Dr. Luíz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

Prof. Dr. Frederico Costa (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto (UFF)

Prof. Dr. Vágner Camilo (UFF)

Prof. Dr. Thomas Heye (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro (UFF)

Prof. Dr. Alex Jobim (UFF)

Prof. Dr. Gabriel Passetti (UFF)

Prof. Dr. Marcio Rocha (UFF)

Prof. Dr. Renato Petrocchi (UFF)

Prof. Fernando Brancoli (UFRJ)

Prof. Eduardo Heleno (UFF)

Prof. Jean Ditzz (USP)

Prof. Edson Medeiros (UFF)

Prof. Mariana Kalil (UNB)

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com
Projeto Gráfico: Murilo Gomes da Costa

SUMÁRIO

EDITORIAL

JUL - OUT 2013

“Pós-Mortem”

por Murilo Gomes da Costa, pág 4

CAPA

“Dubai: The Global Village”

Rajai Masri / Fair Observer, pág 5

Interview with Kenneth Waltz

por “Theory Talks”, pág 9

Resenha do livro

“A virtude soberana:

A Teoria e a Prática da Igualdade

por Jean Ditzz Ribeiro ,pág 7

ARTIGOS

Integração regional e Comunidade de Segurança: Construção do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL

por Thamires Aparecida Pereira Souza, pág 17

Fundamentação da Metafísica dos Costumes

por Ádamo Vieira, pág 21

Cultura, Identidade e Política Externa: um breve ensaio

por Beatriz Thomas Carvalho, pág 25

O papel da Legião Estrangeira para a manutenção dos interesses da França no Mali

por Lucas Palazzo, pág 28

CULTURA

Música da Edição

por Tiago Duarte , pág 32

Às três da tarde em que o sol era implacável

por Tiago Duarte , pág 33

AGENDA

Próximos Eventos

por CASVIM, pág 35

Monografias - RI UFF

por CASVIM, pág 36

“Apoio Universitário”

por CASVIM, pág 37

OPINIÃO

Vitórias da Diplomacia Brasileira

por Fernando Roberto de Freitas Almeida, pág 39

“Pós-Mortem”

por Murilo Gomes da Costa

Chegamos à segunda edição do periódico do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. É com muita felicidade que a equipe d’O Cosmopolítico comemora o lançamento desse novo número, com publicações ainda da primeira chamada de artigos, visto que recebemos um vasto número de contribuições, advindas de todos os cantos do Brasil, o que demonstra o raio de ação imediato do nosso projeto e a confiabilidade do mesmo.

Nessa segunda Edição do novo “O Cosmopolítico”, teremos um vasto conteúdo “pós-mortem”, já que boa parte dos autores referenciados em nossas páginas ter falecido no ano vigente. A começar pela entrevista com o teórico realista Kenneth Waltz, que é considerado um dos mais importantes estudiosos de Relações Internacionais, sendo um dos fundadores do neorrealismo ou realismo estrutural. A entrevista foi realizada pelo editor do site “Theory Talks”, que promove conversas com diversos teóricos das Relações Internacionais. Ainda nessa edição, uma obra de Dworkin - filósofo do Direito norte-americano, que ocupava o cargo de professor de Teoria Geral do Direito na University College London e na New York University School of Law - será resenhada. E, por fim, mas não menos importante, temos uma poesia em homenagem à Carlos Alexandre Azevedo, jovem que fora torturado ainda bebê durante a ditadura brasileira civil-militar de 1964, e que suicidara-se em fevereiro de 2013.

Em suma, convidamos você, caro leitor, à degustação literária de mais uma edição d’O Cosmopolítico. 🍷

Dubai: The Global Village

By “RAJAI MASRI”*

The ruler of the Emirate of Dubai has created a model city – a near fantasy land that rightly features many aspects of a global village.

Calling Dubai a miracle in its current unique example of an open and modern international city, would not be too far-fetched. The transformation of the small Gulf locality – drenched with the generally inhospitable sweat and dust of the desert – into a coveted international tourist destination in just a few decades is a miracle by all counts. It is an incredible feat for a desert locality to spring to world attractiveness in a mind-boggling short time span. With its countless tourists, Dubai is often comparable to culturally rich countries like France and Spain.

The Global Village

Modern Dubai is invariably the true – and possibly the first and only – example of a global village; particularly with its multicultural population, technological advancement and efficiency. It is very rare in history, with the possible exception of the making of Singapore, that the vision of one man, the ruler of the Emirate of Dubai, Sheikh Mohammed Ben Rashid Al-Makhtoum, is able to transform a city – especially considering the constraining traditions, limited material resources, and other overwhelming odds.

This is truly unique and justifies the labeling as a miracle: that a formidable idea and an unrestrained vision ensconced in the *cerveau* (the mind) of a man, ultimately found an exact expression on an immeasurable scale in one’s life-time. All factors of success seem to have harmoniously blended together in the mind of Sheikh Mohammed Ben Rashid and finally found expression in the precision and completeness that has made Dubai what it is now.

Dubai is economics in reverse: where supply precedes demand to create the very conditions that trigger the desirable demand. As the central theme in classical economics that “demand creates supply,” Dubai reversed the theme by creating the inviting infrastructure, and thus created “demand.”

To transform a state, a visionary perceives the creation of value – even from the literal nothingness as in the example of the Asian Industrial Tigers. The starting point is the very idea of the creation of value in the abstract sense, and the formidable challenges for its application that are perceived as the very source of value.

The genius of a visionary becomes apparent when it comes to identifying hidden opportunities, only discernible to a visionary as potential sources of value. The key is in utilizing these hidden opportunities for potentially sustainable advantages.

A desert location, generally deemed disadvantageous with its often harsh climate, is rendered unique and advantageous when perceived by a visionary who foresees a project as doable and eventually sustainable. This is where the genius of a visionary lies: he is the one who is equipped with exceptional aptitude, drive and energy to turn an idea into a reality. Termed in marketing jargon as positioning, Sheikh Mohammed Ben Rashid took stock of important factors in the surrounding environment and blended them into a unique experience: the new Dubai. This had the potential to create a sustainable, competitive advantage with a tremendous potential of added value.

The Importance of Regional Trade

Behemoth India, only a short flight away from Dubai, is experiencing incredible growth levels. However, the country is constrained by the inherent limitations of bureaucracy and force of tradition. Overall, it is a natural market to cater for. The new Dubai, representing a not too geographically removed shopping and recreational tourist destination, can fulfill the sophisticated consumer needs of the mushrooming Indian middle class strata which possess significant purchasing power and is seeking outlets for consumer spending. The burgeoning and increasingly higher-value economy of India justifies the creation of the services that complement and caters for some needs of the growing Indian economy. The new Dubai appears to partly answer those needs.

Key in this respect is Dubai’s long history of trade with India, and the presence of Indian entrepreneurs residing in Dubai who play an instrumental networking role in the advancement of economic ties between the Emirate and the Indian sub-continent. With such ties, Dubai, in its new visionary creation, enjoys an advantageous position as a high-value economic sourcing destination for India.

Another economic behemoth, Saudi Arabia, the world’s largest exporter of petroleum, is a wealthy nation with huge surplus funds. Riyadh seeks investment outlets regionally and internationally. This holds true at both the individual consumer level as well as the macro-corporate level. The openness and variety of consumer products and services available in Dubai make the city a natural local outlet; a breathing space to enjoy at a crow’s flight for the much more traditionally and socially restrictive environment of a more populous Saudi Arabia which is awash with wealth.

Neighboring Iran, which is never that open, especially in times of trade sanctions imposed by western powers, has also chosen Dubai as a traditional trade partner. This development adds a much higher value to the Dubai economy as it meets some of the economic needs of the much larger, oil-rich Iran.

As is true in all situations of carefully and closely nursed projects of development and increasing specializations, the new emerging reality creates the uniqueness and the critical mass that builds a life and a momentum for Dubai of its own over time. This renders that reality even increasingly more unique with yet further added distinct values and competitive advantages that accumulate to further reinforce the uniqueness of Dubai. The Emirate appears to increasingly be classified under that definition.

A Unique Creation

One should not overlook the fact that Dubai was created with minimal commensurate material resources. It is a unique creation. Dubai stands as a testimony to the genius of Sheikh Mohammed Bin Rashed Al-Makhtoum. A creator who is no less endowed in his creative genius than the masters who shaped the universe of creations — from soul enriching eternal melodies to paintings and architectural splendors. Creations which culturally and spiritually enchant humanity to this day.

*Rajai R. Masri holds an MBA from INSEAD; a BSc in Electrical Engineering from the University of Wisconsin in Madison; and the CFA designation along with higher studies of finance. He has lectured in various courses of finance at the Boston University and McGill University. Masri has also advised the Egyptian, Saudi and Nigerian governments on their privatization programs.

Visit our partner's website:
fairobserver.com/





Resenha do livro “A virtude soberana: A Teoria e a Prática da Igualdade”¹ de Ronald DWORKIN

por Jean Ditzz Ribeiro*

Ronald Dworkin, recém falecido em 14 de fevereiro de 2013, nasceu em Rhode Island, nos Estados Unidos, em 1931. Conhecido filósofo e intelectual em língua inglesa, especialista em direito constitucional, muito conhecido por articular o princípio de que a virtude mais importante da lei é a integridade e que o Estado deve agir em princípio de modo que cada membro da comunidade seja tratado como igual.

Entre os livros mais famosos destacam-se: “Uma questão de princípio”, “A virtude soberana”, “Levando os direitos à sério” e “A Justiça de Toga”, publicados pela Editora Martins Fontes de São Paulo. Estudou Filosofia na Willard van Orman Quine e na Universidade de Harvard. Estudou Direito em Oxford e na Escola de Direito de Harvard. Foi professor de Direito na Universidade de Yale e, mais tarde, na New York University Law School, além de Oxford e University College London.

Pode-se afirmar que Dworkin ajudou a tornar a filosofia mais acessível para leitores leigos. Abordou questões da atualidade, incluindo ensinamento de como a lei deveria lidar com a raça, o aborto, a eutanásia e a igualdade. Para Dworkin, a Lei é uma virtude moral. Para o estudioso de Relações Internacionais, tanto nas questões de Direitos Humanos, como nas questões que envolvem o papel do Estado, a filosofia de Dworkin é essencial e pode justificar as escolhas que os Estados fazem em suas relações com os indivíduos e com outros Estados no cenário mundial contemporâneo.

Em *Virtude Soberana*, Dworkin apresenta sua teoria política em uma forma acessível para o leitor comum, sem argumentos técnicos sobre jurisprudência. A questão em virtude soberana não é como os juízes devem decidir casos, mas que tipo de igualdade entre o governo e os indivíduos deve existir. Nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirma seu domínio e aos quais reivindique fidelidade (p. IX da Introdução em que o autor discute se a liberdade é importante).

A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política – sem ela o governo não passa de tirania – e, quando as riquezas da nação são distribuídas de maneira muito desigual, como o são as riquezas de nações muito prósperas, então sua igual consideração é suspeita, pois a distribuição das riquezas é produto de uma ordem jurídica: a riqueza do cidadão depende muito mais das leis promulgadas em sua comunidade. Para o autor, a igualdade é um conceito controverso: quem a louva ou deprecia discorda com relação àquilo que louvam ou depreciam. A teoria correta da igualdade é em si uma questão filosófica difícil: os filósofos defendem uma diversidade de respostas.

A estrutura do livro é dividida em duas grandes partes, a primeira, a Teoria e a segunda, a Prática. Na Teoria, define a igualdade, distinta do bem-estar e da igualdade de recursos, demonstra o lugar da liberdade e a capacidade para exercê-la, com as objeções trazidas à igualdade, na igualdade de oportunidade (p. 400). Na Prática, o autor traz exemplos da aplicação da igualdade no que se refere ao custo da saúde, na distribuição da justiça, na liberdade de expressão, na eugenia e a questões de gênero, e o ponto alto do livro, na funcionalidade das ações afirmativas.

Para o autor, dois princípios do individualismo ético são fundamentais para qualquer teoria liberal abrangente, e juntos, eles dão forma e apoio à teoria liberal abrangente, e juntos os princípios fundamentam a teoria da igualdade defendida neste livro. O primeiro é o princípio da igual importância: é importante, de um ponto de vista objetivo, que a vida humana seja bem-sucedida, em vez de desperdiçada, e isso é igualmente importante, daquele ponto de vista objetivo, para cada vida humana. O segundo é o princípio da responsabilidade especial: embora devamos todos reconhecer a igual importância objetiva do êxito na vida humana, uma pessoa tem responsabilidade especial e final por esse sucesso – a pessoa dona de tal vida (p. XV).

O argumento do livro – a resposta que oferece ao desafio da consideração igualitária – é dominado por esses dois princípios agindo em conjunto. O primeiro princípio requer que o governo adote leis e políticas que garantam que o destino de seus cidadãos, contanto que o governo consiga atingir tal meta, não dependa de quem eles sejam – seu histórico, sexo, raça ou determinado conjunto de especializações ou deficiências. O segundo princípio exige que o governo se empenhe, novamente se o conseguir, por tornar o destino dos cidadãos sensível às opções que fizeram (p. XVII).

No entanto, ainda que a igualdade seja uma exigência universal, ela deve relacionar-se com a liberdade e com as exigências factuais de uma sociedade concreta (p. XXV).

No que se refere às ações afirmativas, debate bastante atual no Brasil, mas presente nos Estados Unidos há mais de trinta anos, quando as melhores universidades passaram a adotar cotas para ingresso de estudantes negros, Dworkin admite que estudantes de minorias que se beneficiam de preferências raciais não foram necessariamente vítimas da injustiça racial significativa, mas esta condição não é motivo para os brancos a rejeitarem. Enquanto a universidade distribui esses recursos cobiçados de uma educação de prestígio, de acordo com qualquer um de uma ampla gama de objetivos legítimos de uma escola poderia escolher para si, a universidade não causa injustiça.

Por fim, a leitura do livro é indicada não somente para internacionalistas, mas a todos que querem compreender o mundo, as relações dos Estados com o cidadão e nas relações internacionais, a partir do valor da igualdade. 🗣️

*Jean Ditzz Ribeiro (Graduando em Relações Internacionais na UFF (2011), doutorando em Direito Internacional (2010-2014) e Professor de Direito Internacional no Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, Niterói – RJ

¹ A obra foi publicada originalmente em inglês com o título *SOVEREIGN VIRTUE* pela Harvard University Press, Massachusetts, Estados Unidos, 2000. A primeira edição é de 2005.

O COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

uff

CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

O Cosmopolítico

139 curtiram · 79 falando sobre isso

✓ Curtiu

Revista
Periódico eletrônico da graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizado pelo Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASVM).

Sobre

Fotos

VEJA NOSSAS PUBLICAÇÕES NO



VISITE O SITE DO CASVM

19

Opções "Curtir"

FIQUE POR DENTRO DAS PUBLICAÇÕES DO **COSMOPOLÍTICO** NAS REDES SOCIAIS



facebook.com/ocosmopolitico



twitter.com/ocosmopolitico



issuu.com/ocosmopolitico

ocosmopolitico.com

Theory Talk: Kenneth Waltz



“The Physiocrat of International Politics”

“ Sometimes a Theory Talk needs no introduction. This special issue of Theory Talks with Kenneth Waltz, who has been hailed recently as the ‘King of Thought’, is such an occasion. He describes his own work as an attempt to understand the impact of the invention of nuclear weapons on international politics, but his influence reaches far beyond that specific issue. A historical analogy is in line. Systemic thinking in economy started with the physiocrats, who conceived of a structure of economics independent of actors and constituting their behavior. Before that, no systematic theory of the economy existed, and the economy could not be seen as a ‘field’. Much in the same way and based on economic thinking, Kenneth Waltz developed a structural theory of international politics. Kenneth Waltz is the godfather of modern theory of international politics. In this Talk, Kenneth Waltz discusses, amongst others, the economic origins of his thinking about international politics, what good theory is, the impact of nuclear weapons in the contemporary world, and if the United States is behaving in accordance with what realist theory would predict.”

Theory Talks: What is, according to you, the central challenge or principal debate in International Relations? And what is your position regarding this challenge/in this debate?

Waltz: For me, the central question is how to contain and moderate the use of military force by the United States. This is certainly not the only big issue but it is one of the big issues. The United States has been—not unexpectedly—a very war-like country ever since it became a world dominant power. As Alexander Hamilton said, a country disposing of dominant power cannot be expected to behave with moderation, and the United States certainly bears that out. Historically, it is hard to think of a country disposing of dominant power that did behave moderately for any large period of time. The United States fits neatly into the category of dominant powers that have not behaved moderately.

There is only one way that a country can reliably deter a dominant power, and that is by developing its own nuclear force. When president Bush identified the countries that he said constituted an “axis of evil”—namely, Iraq, Iran, and North Korea—and then proceeded to invade one of them—namely, Iraq—that was certainly a lesson quickly learned by both Iran and North Korea. That is to say, that if a country wants to deter the United States it has to equip itself with nuclear force. I think we all have seen that demonstrated very clearly.

TT- How did you arrive at where you currently are in your thinking about IR?

Waltz: Well, I suppose Hans Morgenthau in the modern period has been more widely influential than any other single author. And I was influenced by him, surely, as most people were.

Regarding important events, I think the most powerful shaping event occurred in August 1945 with the dropping of two atomic bombs. That was a world decisive event. The impact the bombing of Japan had on my thought about international politics was pervasive. Even though it was a world transforming event, I am not sure if that is now fully appreciated, although we act in accordance with the world-transforming effects—“transforming” meaning that everything changes, and all truths become false, all beliefs become irrelevant, and axioms that we used to lived by are turned on their heads. All those things are implied in a world-transforming event, if we use the word “transforming” in its true meaning. There are so many illustrations of that, that it boggles the mind.

Just to think of a few, it has always been very difficult to fight limited wars, historically speaking. That is, one can start and try to fight a limited war, but it is hard to continue to observe the limits. All this, in a conventional world... In a nuclear world, you can only fight limited wars, since it is impossible to fight all-out wars. When we talk about “nuclear wars” we are using words very loosely. As Desmond Ball, a considerable expert on nuclear weapons, and an Australian commentator, said: “it’s impossible to fight a nuclear war after nuclear warheads numbered in the tens have gone off, nobody will be knowing what’s happening. And if no one knows what’s happening, then you cannot fight a nuclear war.” The ‘fog of war’ that Clausewitz referred to is nothing at all compared to the fog of war that would ensue even if only a few nuclear warheads were exploded.

So if you can only fight nuclear wars, and if it is very difficult to keep wars limited, because they tend to escalate, the question becomes: why fight wars at all? And, again, countries with nuclear weapons would behave according to that thought. If you do not have nuclear weapons, you can fight wars just as in the old days. But once a country has nuclear weapons, these weapons strongly deter other states. In fact, one cannot make “never-statements” when thinking historically, but one can with nuclear weapons. Never, in 65-plus years, have countries having nuclear weapons or enjoying their protection, fought each other. That is an astonishing statement, and it is true. So in sum, my work, in a way, has been an attempt to theoretically deal with the implications of the invention and application of nuclear weapons.

TT- An alternative adage to the Kantian one, that Liberal states do not go to war?

Historically, all kinds of states have gone to war. Whether they were democratic or authoritarian, they have all fought wars, and the great powers especially—wars we all know, like French revolutionary and Napoleonic wars, wars like World War I and World War II, wars “to end all wars” but that in fact never ended conventional war.

Now, with the invention of nuclear weapons, countries that possess them or enjoy their protection have never fought one another. The implication would be that, if you love peace, you should love nuclear weapons. I do not think that this fact is well appreciated because not many people seem to love nuclear weapons; but they have been awfully good for the world. It is rather anomalous that some people—like for example president Obama—look forward to the abolition of the weapons that have, in fact, abolished war.

TT- What would a student need to become a specialist in IR or understand the world in a global way?

I think one obvious prerequisite is high intelligence, and also a good sense of history. Without knowing what has happened in the world in the past it is very hard to understand the present. I think that in the study of international politics it is especially important to be aware of why wars have occurred, how they have developed, what has caused countries to fight bloodier wars, less bloody wars... One has to contemplate these things and all kinds of other things in order to understand the international politics of the past, and to be able to understand the difference between conditions that have promoted war in the past and those that work against the fighting of wars in the present. So I would say that first, a good sense of history is required. So I would certainly advise reading the classics. My idea of the classics is, I think, most people’s idea of the classics. I do not want to be accused of forgetting the

names, but it all began with Thucydides—at least in the Western world—and proceeded with Machiavelli, Hobbes, and later, of course, Morgenthau. It is a pretty impressive literature. It is very important for students of international politics to read, and read carefully, those old warhorses. They stood the test of time and they are certainly among the books most worth reading carefully.

There are other pivotal issues, as well, that a student should pay close attention to, like the role of technology and its importance in warfare, the relevance of economic capabilities, the importance of leaders of all sorts, and the conditions under which deterrence will—and will not—work.

TT- And does the same go for theorizing, or does that require a different set of skills?

As I put it at the beginning of *Theory of International Politics*, theory is a picture of the world that one is concerned with—but it’s not the whole world. For example, in the world of international politics, as in our case, one has to develop a mental picture of that world and then identify the major variables at work and the principal connections among them. That is something that is both difficult to do and rarely done.

There isn’t much theorizing going on in international politics. And the word “theory” is so loosely used that people begin to think that anything that is not directly empirical or factual must be theory, and that is certainly a misconception. To develop a theory is difficult, and all the more difficult if one defines theory as it should be defined. For example, as Einstein said, there is no inductive route that leads to theory. That is, simply knowing more and more, having more facts at one’s command, does not lead one to the ability to develop theories. That is something that many students of international politics have not understood. As J. David Singer put it, “we”—that is the people who were working on the dimensions of war approach to understanding warfare—“decided to go very far down the inductive route before we try to develop theory,” as though more and more induction would somehow get you closer to theory. And that is exactly the opposite of what Einstein saw and understood, that is, there is no inductive route to theory.

TT- In 1979 you published perhaps the most cited handbook of International Relations Theory, *Theory of International Politics*. How has the state of IR theory changed since the publication of *Theory of International Politics*?

Well, as I said, there is almost no theory written or developed. It is very rare to find real theories in any field, and certainly it is very difficult to find them in the study of international politics. So only by a very loose use of the word “theory” can one say that there is any development or advance in the realm of theory. And one shouldn’t expect it. I mean, theory is a pretty rare thing and one seldom finds it in the social sciences, outside perhaps of economics. I would say that one of the great social science theorists was Durkheim, and once one recognizes this, one gets the sense of how rare it is to find theories of society or, as in our case, theories of international politics. But one would expect that: theories don’t grow on bushes.

So in sum, in IR as in any field, one expects theory to be scarce. So most of the work done is empirical work; one hopes it is informed by theory, but often it is not. Most people don’t have a real sense of what theory requires or might look like. It is difficult for a lot of people to grasp theory. And that accounts for a lot of the problems among theories of international politics.



TT- If you were to write the book again, now that bipolarity has come to an end, what changes—if any—would you make to it?

I certainly would add something about unipolarity. I wrote about multipolar systems and bipolar systems, that is, structural changes that produce changes in behavior. I identified these two different kinds of structure. And it did not occur to me that we would move from bipolarity to unipolarity, which of course we did with the collapse of the Soviet Union. In any kind of balancing system, the major players have to continue to exist as major players for the system to remain unchanged. You cannot have a bipolar balance without two parties being the participants in that balance. So, as soon as the Soviet Union disappeared as a great power, the bipolar balance collapsed, just as the multipolar system of balance collapsed with the fighting of World War II, and the emergence from that war of two—and only two—great powers. The balancing takes place within a structure; when the structure changes, the type of balancing, or whether or not there is any balancing, is directly affected or determined, in fact. So I would have written, or added a chapter, on what a unipolar world might be like, and what the advantages and disadvantages of such a world were likely to be. I have written quite a bit about the implications of the dominance of the United States, so though it is not in the form of a chapter, I think I have written a good deal about that.

TT- How do you respond to critics who say that if Theory of International Politics is right, then IR cannot undergo meaningful change, and that the belief that such change is impossible is a major impediment to making a better world?

I certainly believe that, as long as the world continues to be anarchic, the theory that I developed will maintain its direct relevance. One cannot expect the world to change unless the structure of the world changes. That is, structure affects behavior directly, and as long as the world remains as it is—anarchic—that is going to condition the behavior of the states that exist within that world. Although not directly, the behavior is strongly influenced or shaped by the structural condition within which the behavior takes place. So, one will not expect profound changes in behavior, or important changes in behavior, until—and unless—the structure changes. As long as the world is anarchic, it perpetuates certain kinds of behavior by the major players within the anarchic arena.

TT-Why do you think Theory of International Politics became such a lightning-rod for criticism?

That is one of the things good theories do, they attract a lot of criticism. It's not surprising and I am not surprised by it. Of course, a lot of the criticisms are made by people who fail to deal with theory as theory, and rather deal with some of the other things I said, many of which I see as following from the theory, but many people don't think that way. I have never been bothered by the criticisms at all. I expect theories to be criticized, and they should be. I wish the criticisms were even more telling than they have been, but that is beyond my power of influence

TT- One of the most original and enduring contributions of Theory of International Politics is the concept of "structure," conceptualized as a "positional picture" that abstracts from "every attribute of states except their capabilities." The three definitional components of structure are (1) ordering principles, (2) the character of the units, and (3) the distribution of capabilities (Chapter 4). In your response to Robert O. Keohane's critique in *Neorealism and its Critics* (1986), you contrast structural theory with "the behavioral mode of thinking." Can you please explain how these way of thinking about world politics are different? And what advantages you seen in the structural approach?

I think one can see it very clearly, very easily and very directly if one contrasts Hans Morgenthau's work with Theory of International Politics. Hans Morgenthau's *Politics among Nations* was a great contribution; it was the major book on the first half of the twentieth century in the field of international politics. I have great respect for it. But Hans Morgenthau, in his search for what he sometimes called a "rational theory," was able to deal only with how the acting units affected the outcomes produced. In other words, his approach to international politics was in the mainstream of political science in its day, in the sense that it inferred from the acting units what the outcomes would be. There was nothing but the acting units to shape those outcomes. In other words, there was no concept of a structure of international politics because he had no concept of the structure of international politics. That is, he only saw the behavior and the interacting units, and did not see them within some kind of a structure, so the outcomes inferred had to depend directly on the qualities of the actors. And that is where we got these typical statements that "good states produce good outcomes," or "democracy produces peace." That is inferring from the quality of the actors what the outcomes will be, and those are the only causal conceptions within the theory that Morgenthau developed. There can be no cause other than the causes that are found in the principal actors

Now the advantage of the structural approach is that one sees the effect of the environment—precisely defined—on the acting units and how this precisely defined environment affects the outcomes we are concerned with, so that one gets away from the kind of causal thinking that Durkheim satirized when he gave such examples as the question: why did the Greeks produce all of that immensely impressive philosophy? And the answer typically given is that the Greeks were a very philosophic people. Or why did the Germans produce all of that magnificent music? Well, the answer given is that the Germans were a very musical people! In other words, the cause is found in the acting or behaving units. That is entirely behavioral! Structural thinking breaks away from that. It is a very difficult jump to make for a lot of people; very difficult. As Henry Kissinger said, "moderate and legitimate states produce moderate and legitimate systems of international politics." That is exactly the kind of thinking Emile Durkheim was satirizing.

TT- Given the fact that Liberal theories are often associated with an economic view of the world, in which way does your background in economics influence your perspective and the way you theorize in international politics?

I think it is a very direct and important influence. Economists, especially classical and neoclassical, have a very keen sense of how the structure affects behaviors and outcomes. Economists call it “the market.” And the market is the structure—in my terms—in which the units are acting and behaving, and producing what seems to be their outcomes. But their outcomes are very much conditioned by the structure—in this case the market—in which the behavior occurs. So, the market *shapes* the behavior and *shapes* the outcomes. One can understand this very easily in economics, but it is harder to understand it in politics, because in politics, there was no clear conception of a structure. Morgenthau, in his groping for what he called a “rational theory of international relations,” was not able to come up with that notion because he could not see anything beyond the behaving units.

Another pivotal influence from economics on my understanding of international politics is the competition among a large number of roughly equal units, which can be contrasted to the behavior of firms in oligopolistic settings. Those are the direct counterparts of states in international politics, for if you have a world of many great powers you will expect different kinds of behaviors and outcomes than what you would find in a world where there are only two competitors. Or whether there is no competitor at all and there is just one! That would be a monopoly, of course. So the analogy between economics and international politics is very interesting. When the conditions in international politics approximate the conditions in economic theory in important ways, then the analogy holds; if they don't, it doesn't.

TT- How does your theory relate to the rational actor assumption? Are states rational actors, or *should* they be?

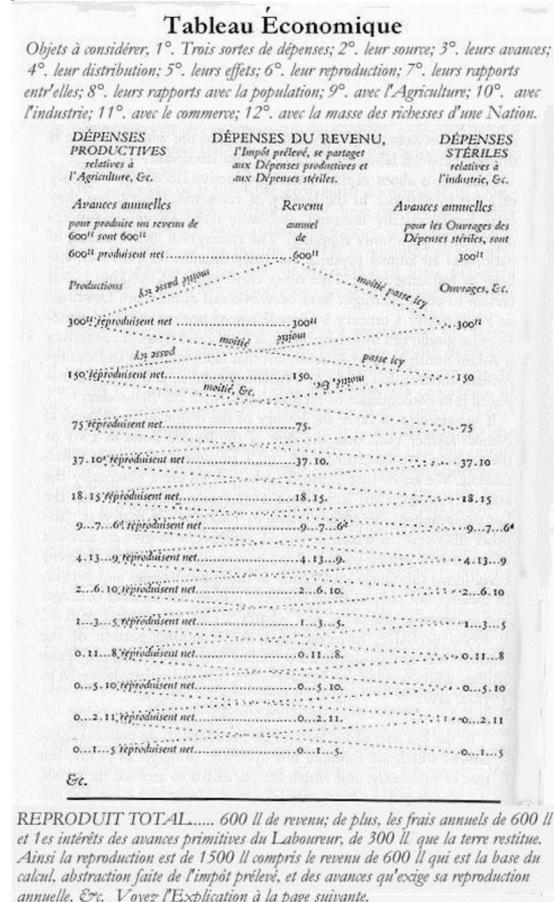
I do not even know what “rational actor” means empirically. A rational actor assumption may enter into a theory but has no direct, empirical representation. One can define rationality only within narrow settings, as for example in game theory, where one can define what a rational actor is and work out some outcomes under assumed conditions. Of course economists presuppose that economic actors are rational. People of course in a very loose sense prefer to do less work and get higher rewards. That is a good way of putting it now, but there is no reason in economics to think that a bunch of actors are going to be rational. Some of them are going to do better than others; some are going to be a lot smarter; some are going to be a little bit luckier than others; some are going to be better at cheating than others. All those things affect outcomes, but rationality—in its empirical form—has really little to do with it. The notion of rationality is a big help in constructing a theory, but one has to go back and forth between the theory and what goes on in the real world. But in the real world, does anybody think “I'm rational, or you're

rational”? Let alone, that *states* could be rational? It has no empirical meaning.

TT- What are the principal writings in economics that influenced your dealings with the field of international relations theory?

I think that one of the biggest influences was the contrast between pre-physiocratic and pre-Adam Smith economics, and the kinds of economic notions, concepts, and theories that developed first with the physiocrats and then with Adam Smith. In fact, Adam Smith was very much indebted to the physiocrats, who we now kind of dismiss as people with very peculiar ideas. Some of their ideas were indeed peculiar, but they were the first ones to grasp the idea of an economy as such. That is to say, an economy made up of identifiable parts and an economy experiencing repeated behavior.

In one of the editions of a physiocratic book, maybe in the first edition, there was a picture of “an economy,” (the *Tableau économique* by François Quesnay, 1759, see image below) and of course it is a picture of the unseen and the unseeable, but it starts in the soil—that is the origins of wealth are conceived as being in soils and mines that produce gold, metals, and agricultural products. The picture then traces how these natural resources are worked up from that beginning into machines and items that can be bought, sold, used and reused, exchanged, eaten and all that.



And then, they introduce the notion of “circulation” in the economy. Basically, the idea that this process is constantly repeated, causing a system. That is the very beginning of the conception of the economy—one has to have a notion of a domain for that activity. In other words, one has to be able to identify the domain, mark out the borders, identify the important variables within that domain, the interconnection of those variables, and the kinds of outcomes they produce. The physiocrats were the first people within the social sciences who did that. They invented the concepts they needed, such as “propensities,” “to consume” and “to produce,” and all that. It was a great contribution. Very few people have an appreciation, as Adam Smith did, of how the physiocrats developed a system, and what that meant, compared to the sort of household economy concepts that were applied to a larger scale before. If you read the pre-physiocratic literature and compare it with what came later, the contrast is very, very sharp. It was entirely un-theoretical before, and became a *theoretical* literature with the physiocrats around 1760.

TT- In 1981, you argued that “more nuclear weapons may be better,” as having nuclear weapons will deter countries from behaving aggressively. Is this still reflected in the post-Cold War situation?

Some few people take that to mean “the more, the better,” and I am probably somewhat guilty of having encouraged that view by using the subtitle “more may be better.” But the question is: how many more? I do not think that anybody believes that it would be great to have a hundred nuclear powers, or two hundred nuclear powers. I meant “more may be better” as not just two but maybe five or, as we have now, around nine nuclear states. I do not see much prospect for that number to increase dramatically. We had a maximum at about twelve, I believe, when the Soviet Union broke up and some of its parts were states that were “born nuclear”, that is, they inherited the nuclear weapons. But some of them, of course, got rid of those weapons, leaving the count at about nine nuclear states. I do not see that we are likely to have, all of a sudden, twenty or thirty, as president Kennedy was so worried about. Every now and then, we have an additional nuclear power joining what remains the world’s most exclusive club. After all, Sweden got rid of its nuclear weapons, although—as I understand it—Sweden still has the capacity to build a nuclear weapon.

Anyway, it is quite natural that countries that worry about deterring the United States would turn to nuclear weapons. I mean, when a president identifies an “axis of evil,” names three countries, and then invade one of them, the other two are bound to think: “Hey! We better have nuclear weapons because it is the only way we can deter the United States.” That is apparently what Iran began to do, and maybe already did; and that is exactly what North Korea did—and we know North Korea did it. So, the expected effect was realized in practice, at least in the case of North Korea.

TT- Could it be fair to say, then, that having Iran as a nuclear power might be not that bad because as its position in the structure becomes different, its behavior will adapt accordingly, and they might become somewhat of a more responsible power?

Yes. It is hard for people to understand that every new nuclear state has behaved exactly the way the old nuclear states have behaved. One can describe the way all nuclear states have behaved in one word: responsibly. When the United States contemplated the Soviet Union one day having its own nuclear weapons, we were horrified by the prospect. How could we live? How could the world live with such a country as the Soviet Union—which we saw as bent on world domination—having nuclear weapons? And when China developed its own nuclear weapons, we repeated the same way of thinking—“My God! China? China is crazy!”

But in fact, if you think of the Cultural Revolution, China took very good care of its nuclear weapons. They ensured that they would not fall under the hands of the revolutionaries and came through that horrible ten-year period. The fact is that people worry that a new nuclear country, once it gets a nuclear shield, would then begin to behave immoderately or irresponsibly under the cover of its own nuclear weapons. Well, that has never happened. Every country that has had nuclear weapons has behaved moderately. If you think of the Soviet Union and China, both behaved much more radically *before* they had nuclear weapons. Stalin’s bravado in the face of American nuclear weapons was extremely impressive, or depressing—depending on how you want to look at it—but once they got the nuclear weapons, the Soviets calmed down. And the same thing was true for China.

So, what people fear is the opposite of what, in fact, has happened. That is rather typical in the nuclear business: we do not look at the past and say “Well gee, every nuclear country has behaved like every other nuclear country. What do we worry about?” In fact, the effect of nuclear weapons is that it moderates the behavior of their possessors; and that is very easy to understand!

TT- But, of course, that level of moderate behavior applies to great power interactions. Countries in possession of nuclear weapons can start behaving quiet nastily and brutishly to non-nuclear powers.

Oh, but that is repeating the old worries which have never been realized. I do not understand why we repeat those expectations. I would expect an Iran with nuclear weapons to behave more moderately, not less moderately, and to take fewer risks, not more risks. By possessing nuclear weapons, you make yourself a target, and nuclear countries are very much aware of that. They have to be because once you get into the nuclear business you begin to realize it is a real serious business, and if something goes wrong... In contrast, with conventional weapons, countries worry about winning or losing. Historically, that has proven to

be bearable. Germany, for example, lost World War I and then, of course, it repeated the process—that is not a learning process, but a repeating process, which is very striking and typical for a conventional warfare-world. With nuclear weapons, countries began to behave moderately. But, as we said, people do not understand it yet. For example, when India and Pakistan both got nuclear weapons—I was paying very close attention to this, of course—the expectation by journalists, by political leaders, by academics—was “this means war on the sub-continent!” Well, what it meant was: *peace* on the sub-continent. We know that now, but there are some people now who say “no, that is not right, because the Indians and Pakistanis continue to fight over Kashmir.” Nevertheless, as both some Indians and some Pakistanis have said, the effect of nuclear weapons was to abolish war from the heartland, not to abolish skirmishes in peripheral areas. Now, whether or not they understood in advance, or began to understand it after both got nuclear weapons, they learnt they could no longer fight major wars. I mean, of course the Pakistanis have continued fighting over things like Kashmir after independence, and that fighting amounted to about 1.000 deaths, which makes it a war for most political scientists. But come on, 1.000 casualties is not a war, it is a skirmish! It shows they’re very careful to avoid all-out war for the risk of nuclear escalation.

TT- States should accommodate to their position in the international system, which is determined in big part by the shifts in relative capabilities between states. Has the United States, in your view, adapted well to the position it is currently in? And if not, what system does it seem to respond to?

It responds to the situation all giant countries have responded to. And it responds in the very same way: it abuses its power, singling out poor, weak countries—that’s what we specialize in—and beating them up! That is what we do! Six wars in the twenty years since the 1980s; they were all cases in which we singled out small and weak countries like Granada or Panama, and we proceeded to beat them up. It is sad, but this is a typical behavior of powers that are dominant, or used to be dominant in their regions and now are globally dominant. The United States is the globally dominant power, and that is why there is only one way that other states can deter the United States: by acquiring nuclear weapons. Nobody can deter the United States conventionally anymore because we dispose of a military budget that is nearly the equal of all the other countries in the world combined. So, how can anybody deter the United States without resorting to nuclear weapons? They cannot.

TT- Does it mean that, by bullying smaller countries, the U.S. has in fact adapted well to its position in the system?

That is what you would expect dominant powers to do. One does not like it; I do not like it; and I am sure the countries that experience the bullying do not like it; but it is expected behavior. That is the way countries behave when they have dominant power—globally or within their region.

TT- In 2002, you wrote about globalization. The fact is a contradiction in terms, I would say, because globalization does not really matter much for Realism. So, why do you still feel the need to write about its good or bad attributes?

I was really writing about interdependence, which is now called globalization. There was a very marked tendency, and it was very common for people—political scientists and economists—to refer to the world as increasingly “interdependent” and to draw inferences from that supposed condition. I first developed this idea when I was the only political scientist in a faculty seminar, while all the other members were economists. That seminar was led by a person named Raymond Vernon, who was a big name in interdependence. I made some comments about how little interdependent the world was and the conception that high inequality is low interdependence. And I still believe that. I think it is a simple truth that in a world of inequality (and bear in mind that inequalities across states are much greater than the inequalities within states), interdependence is low. In other words, some states are highly independent and other states are highly dependent on those states that dispose of greater economic or military power than the others do. I think that is still extremely important, and not extremely well understood.

TT- How does your theory apply to the dynamics one can witness on the African continent?

You know, I did not set out to be an international politics person. I started out to be a political philosopher; but there were not any jobs available, and they were in the field of international politics, so that is how I ended up in international politics. When I did, my wife and I realized you cannot pay attention to everything, so I said to myself “one continent that I am going to leave aside is Africa.” I preferred to concentrate on Europe and China. I did a pretty good deal of work on China because I saw it ripe to become one of the most important parts of the world of which I knew nothing. So, I proceeded to do a lot of work on China in order to know something about it. But Africa is kind of a blank spot for me, apart from casual observation. Even though, I would say that the whole notion of anarchy applies very well to Africa.

In fact, a criticism people used to make to me was that Africa was clearly an anarchic arena, and yet African states did not fight much among themselves. How, then, would a Realist like myself explain that? Well, I did by invoking Turney-High’s book in anthropology, which was published—I believe—in the 1920s. There, he made the very valid point that countries have to obtain a certain level of self-consciousness as being a political entity, and a certain level of competence before they are able to fight one another. Turney-High’s illustration was very clear with his study of the peoples he referred to as the “Californians,” who were such a primitive people that they did not have the ability to form groups or fight as a group. A consciousness and competence at a certain level is needed before a group is able to systematically impose on another group—whether in the form of warfare or in other ways. I think that, for a long

time, Africa was in that condition, and that, as it proceeds away from that condition, African countries will be able to fight wars against one another. In a historical sense, though, that is an implication of advancement. 🔄

Kenneth Neal Waltz (born 1924) is a member of the faculty at Columbia University and one of the most prominent scholars of international relations (IR) alive today. He is one of the founders of neorealism, or structural realism, in international relations theory. Among his publications are *Man, the State, and War* (1959) and *Theory of International Politics* (1979).

* Theory Talks

is an interactive forum for discussion of debates in International Relations with an emphasis of the underlying theoretical issues. By frequently inviting cutting-edge specialists in the field to elucidate their work and to explain current developments both in IR theory and real-world politics, Theory Talks aims to offer both scholars and students a comprehensive view of the field and its most important protagonists.

Visit the Website: theory-talks.org

The screenshot displays the Theory Talks website interface. At the top, there are navigation links for HOME, ABOUT & CONTACT, YOU TALK!, and KEYWORDS. The main content area features a featured article titled "Theory Talk #54: Ann Tickner" dated Monday, April 22, 2013. The article title is "Ann Tickner on Feminist Philosophy of Science, Engaging the Mainstream, and (still) Remaining Critical in/of IR". A small portrait of Ann Tickner is shown next to the text, which discusses feminist IR as a particularistic agenda and mentions other participants like Cynthia Enloe and J. Ann Tickner. Below the article is a "Print version of this Talk (pdf)" link and a question for discussion: "What is, according to you, the central challenge or principal debate in International Relations? And what is your position regarding this challenge/in this debate?". The article text begins with "I think the biggest challenge for IR is that it is relevant and helps us understand important issues in our globalized world..." and continues with a personal anecdote about Steve Smith's presidential address to the ISA in 2002. To the right of the article is a search bar, a Google Translate widget, and social media icons. Below the main article is a grid of five smaller portraits, each with a caption: Theory Talk #1: Michael Doyle - Markets & Institutions; Theory Talk #2: Martin Shaw - War & World State; Theory Talk #3: Alexander Wendt - Social Constructivism & UFO's; Theory Talk #4: John Agnew - Power & Geopolitics; Theory Talk #5: Timothy Sinclair - Social Forces & Transnational Corporations. A sidebar on the right contains a brief description of Theory Talks as an interactive forum and an invitation to react and leave comments.

Theory Talks is an ISN Partner
Theory Talks is an initiative by Peer Schouten and is registered as ISSN 2001-4732 | 2008-2012



ARTIGOS CIENTÍFICOS

Integração regional e Comunidade de Segurança: Construção do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL

por Tamires Aparecida Ferreira Souza*

Introdução

O presente artigo objetiva esclarecer o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no que tange à construção de uma comunidade de segurança regional na América do Sul. Com a proposta de criação do CDS, nasce a certeza que constituição de uma “visão regional comum, em matéria de defesa, reforçada pela confiança mútua”, possibilitando uma superação de percepções equivocadas, levando assim, a uma maior previsibilidade e segurança. O Conselho oferece uma relevante contribuição “para a formação de uma identidade sul-americana de Defesa, tendo como base características sub-regionais (prata, andina, amazônica, atlântica, caribenha e pacífica) e nacionais”, fundamentadas em valores e princípios comuns aos seus membros - solução pacífica de controvérsias, respeito à soberania, subordinação militar a democracia e a importância dos direitos humanos. (JOBIM, 2010, p.18-9)

As Relações Internacionais podem ser consideradas como processos sociais de aprendizagem e construção de identidade, baseadas em transações, interações e socialização. Assim, as percepções comuns e a formação de identidades coletivas são agentes da transformação pacífica, firmadas no crescimento da interdependência e da responsabilidade mútua entre os Estados, concomitante à decisão de não utilizar a violência física como mecanismo legítimo de resolução de conflitos (FLEMES, 2005, p.221-2).

Na mesma linha, para Wendt (1992, p.400-1), a cooperação internacional pode resultar em uma redefinição dos interesses da política de segurança dos atores envolvidos. A tendência dos Estados a cooperar em comunidades de segurança para evitar conflitos decorre de interações e socialização, da aceitação de normas comuns e da formação de uma identidade.

A cooperação proporciona processos integrativos que alteram unidades, anteriormente separadas, em elementos de um sistema coerente e coeso, que passam a suportar pressões, tensões e desequilíbrios, especialmente devido à existência de um significativo grau de interdependência, para, assim, alcançarem suas pretensões. A ampliação da integração pode ser comparada às relações de poder, pois os agentes acabam sendo forçados a atuar diferentemente do que fariam, concretizado gradualmente mudanças em seus comportamentos (DEUTSCH, 1978, p.204-6).

Se duas unidades, grupos ou Estados, envolvidos estiverem conscientes de sua interdependência, e, talvez, também de seus limites, poderão modificar seu comportamento correspondentemente. Podem então agir como membros de uma comunidade e adotar os papéis competitivo e/ou cooperativo apropriados à espécie particular de interdependência em que se acham envolvidos. (DEUTSCH, 1978, p.207)

Desta forma, com a complexidade das alianças estratégicas de segurança e defesa, verifica-se o desenvolvimento de uma integração sul-americana pautada na segurança cooperativa, em que se deseja consolidar novas vias para a construção uma comunidade de segurança, principalmente com o advento do CDS.

Comunidades de segurança

A integração de uma comunidade realiza-se por diferenciações. Tendo como enfoque a segurança, notam-se, de acordo com Deutsch (1978, p.248-9), duas possíveis alternativas. Se o objetivo principal for

à construção e preservação da paz, tem-se uma “comunidade pluralística de segurança”; contudo, se não existe apenas esse anseio, mas também a obtenção de maior poder, para finalidades específicas e gerais ou para aquisição de uma identidade funcional comum, constitui-se uma “comunidade política amalgamada”. A última poderá ser uma “comunidade amalgamada de segurança”, no qual há a prevalência de esperanças de mudança pacífica, atestadas pela ausência de preparo substancial para uma guerra em larga escala, entre os membros constituintes.

Uma comunidade amalgamada de segurança, em caso de êxito, não apenas preservará a paz, mas propiciará maior força no sentido de realizar serviços e propósitos governamentais, genéricos ou específicos, e possivelmente acarretar um maior sentimento de identidade e segurança psíquica para as elites e massas de sua população. Mas apesar de mais desejável, como todas as coisas melhores, será mais difícil de conseguir e de manter. (...) Frequentemente, as fronteiras políticas mais salientes dentro da comunidade amalgamada de segurança emergente enfraquecem, e acabam misturando-se as unidades participantes. (DEUTSCH, 1978, p.249, 252-3)

Para atingir o êxito nesta comunidade amalgamada, as unidades políticas participantes deverão se adequar para aceitar e apoiar instituições governamentais comuns, estender uma generalizada lealdade política a essas instituições e à preservação da comunidade, além de operar, nessas instituições comuns, com atenção mútua apropriada e receptividade às mensagens e necessidades de todos os constituintes (DEUTSCH, 1978, p. 249-251).

Diferentemente, em uma “comunidade pluralística de segurança”, estabelecida e mantida mais facilmente pela sua menor interligação e dependência, são necessárias apenas algumas condições para sua existência, como compatibilidade de valores políticos e fundamentais; capacidade dos governos e camadas politicamente relevantes dos países participantes de responderem às mensagens, necessidades e ações uns dos outros, de forma rápida, adequada, e sem recurso à violência; e, por fim, previsibilidade mútua acerca dos aspectos importantes do comportamento político, econômico e social (DEUTSCH, 1978, p.252).

Para esboçar o desenvolvimento de uma comunidade de segurança e avaliar como esta afeta as relações entre os Estados participantes e as suas políticas de segurança, Adler e Barnett e, mais especificamente, Hurrell, criaram um modelo complementar ao de Deutsch, em que classificaram a evolução típico-ideal dessa comunidade em três fases. Na primeira fase, denominada nascente, os governos ambicionam apenas coordenar as suas relações para melhorar sua própria conjuntura de segurança, amortizar seus custos de transação e promover comércio lucrativos. A existência de um Estado central ou de uma coligação de Estados que faça avançar o processo de integração tem efeitos estabilizadores e facilita a evolução da comunidade de segurança (FLEMES, 2005, p.224).

A segunda etapa, a ascendente, caracteriza-se pelo fortalecimento dos vínculos, pelo nascimento de novas instituições e organizações, e pela coordenação e colaboração das Forças Armadas dos Estados. Ganham significado as estruturas que resultam da percepção comum e que desembocam em um modo acordado de agir, elevando a confiança mútua e a possibilidade de constituição de identidades coletivas. Tais aspectos permitem a consolidação da expectativa de mudança pacífica e do sentimento de responsabilidade mútua (ADLER e BARNETT, 1998, p.53).

Por fim, na fase madura, as comunidades apresentam um vínculo fraco ou estrito. Com vínculo fraco atendem apenas aos critérios mínimos. De acordo com os valores e identidades coletivos, não são consideradas ações de guerra por parte dos Estados parceiros e adéquam, nesse sentido, um caráter de autolimitação. Suas características orientadoras são o multilateralismo, fundamentado no

princípio do consenso e da confiança mútua; fronteiras sem vigilância reforçada; alteração do planejamento militar, que não considera a possibilidade de ataques por parte dos membros; definição comum de ameaças externas, e; código de linguagem próprio à comunidade (ADLER e BARNETT, 1998, p.55).

Diversamente, quando o vínculo é estrito existem acordos formais, ou informais, sobre auxílio mútuo em caso de ataque; dispõem de um conjunto de regras que se estabelece entre o Estado nacional soberano e um governo central supranacional da região, firmado na segurança cooperativa e coletiva, no grau de integração militar, na livre circulação da população, na internacionalização da autoridade (código de regras transfronteiriças informal), e nas instituições multidimensionais (leis e regras com vigência nos níveis nacional, transnacional e supranacional). Nesse estágio avançado de uma comunidade de segurança, o conceito de “comunidade” não representa mais um ponto final na evolução, mas o término de um processo de constituição comunitária (FLEMES, 2005, p.225).

Segurança cooperativa e regionalização

Deutsch argumenta que países vizinhos com experiências históricas comuns e compreensão mútua e favorável a uma combinação pacífica dos interesses nacionais têm uma ascendente capacidade de integração.

As relações de segurança interestatais têm necessidade de instituições regionais fortes, que disponham de legitimidade suficiente para canalizar interesses particulares. A fundação de instituições comuns constitui uma base necessária, mas ainda insuficiente, para forjar uma comunidade de segurança. A vontade política dos membros líderes de uma potencial comunidade de segurança é imprescindível, particularmente para alcançar objetivos coletivos. A chave para a solução da problemática colocada pelas divergências de objetivos e pelos déficits de institucionalização encontra-se no diálogo aprofundado sobre segurança entre os países do Sul da América Latina. (FLEMES, 2004, p.185)

Os êxitos obtidos no campo da segurança cooperativa são consideráveis, visto que, a dissipação de tensões e a diminuição da percepção de ameaça mútua, como efeito das medidas de constituição de confiança e de controle de armamento, previnem o ressurgimento da suspeita e de uma retórica dissuasiva (HURRELL, 1998, p. 240). A intimidação externa à comunidade de segurança unifica ao estimular a regulação pacífica dos conflitos, pois a pressão externa instiga a coesão do grupo (FLEMES, 2005, p.228).

O interesse comum dos membros de uma comunidade de segurança está no enfrentamento de novos desafios à política de segurança, a partir da coesão e da aspiração à integração concomitante à tentativa de desarticulação dos cenários de ameaça, antes que estes se transformem em amplos conflitos militares que questionem a paz e a prosperidade da região.

Em uma conjuntura caracterizada por incertezas políticas na estrutura de instabilidade sul-americana, devido à crise fronteiriça entre Colômbia e Equador, com reação do Estado venezuelano, em 2008, e a percepção de fragilidade dos organismos hemisféricos, no que tange a resolução dos problemas sul-americanos, houve uma visão compartilhada pelos países da região sobre a necessidade de contar com mecanismos sub-regionais sem a participação de atores extra-regionais, para que a América do Sul pudesse, assim, assumir um papel relevante, unido a uma responsabilidade sob a prevenção e resolução dos problemas da região (SAINT-PIERRE e CASTRO, 2008, online).

Conselho de Defesa Sul-Americano

Em 23 de maio de 2008, os representantes de doze países da América do Sul se reuniram em Brasília (Brasil), para firmar o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), objetivando promover na região uma personalidade jurídica internacional para dialogar com outros blocos, com o status de organização internacional.

Em 16 de dezembro, os países constituintes da UNASUL se reuniram em uma Cúpula Extraordinária, na Bahia (Brasil), determinando a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (MOREIRA, 2009, p.7-8). O documento assinado na oportunidade designa que o Conselho é um órgão de consulta, cooperação e coordenação dos assuntos de defesa regidos pelos princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização dos Estados Americanos e das decisões e mandados do Conselho de Chefes de Estado e do Conselho de Governo da UNASUL. Enfatiza-se, também, o respeito à soberania, à autodeterminação, à integridade territorial dos Estados e a não intervenção em assuntos internos. Também garante o respeito às instituições democráticas, aos direitos humanos e não discriminação, no âmbito da defesa, com o fim de reforçar e garantir o Estado de Direito (CDS UNASUR, 2008, online).

A estrutura do CDS está composta por ministros de defesa dos países membros da UNASUL e a participação dos representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, em delegações nacionais. O Conselho é uma instância executiva integrada por Vice-ministros de defesa. A presidência fica a cargo do Ministro de Defesa do país que ocupa, de forma temporária, a presidência da UNASUL (MOREIRA, 2009, p.13).

Os objetivos gerais do Conselho, expressados no artigo 4º do documento de sua criação, são:

- Consolidar a América do Sul como zona de paz.
- Construir uma identidade de defesa sul-americana, respeitando as características sub-regionais e nacionais, visando fortalecer a unidade da América Latina e Caribe.
- Gerar consensos para o fortalecimento da cooperação regional dos temas de defesa. (CDS UNASUR, 2008, online)

Em março de 2009, os Ministros da Defesa da UNASUL sancionaram o Plano de Ação do CDS, para o período 2009- 2010, em que foi aprovada a criação de um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS) do Conselho, com sede fixa, em Buenos Aires – Argentina. O CEED deve colaborar para a concretização dos princípios e objetivos instituídos pelo estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e transmissão de um pensamento estratégico sul-americano nos âmbitos de defesa e segurança regionais e internacionais. (CDS UNASUR, 2009, online).

Em 2009, na primeira reunião do CDS em Santiago, aprovou-se Plano de Ação 2009-2010, objetivando a implementação dos desígnios formadores do Conselho em quatro eixos principais: políticas de defesa; cooperação militar e ações humanitárias; indústria e tecnologia de defesa; e formação e capacitação (FILHO MEDEIROS, 2009, online). Em consequente, foram desenvolvidos planos de ação para os anos: 2010-2011, 2012, e 2013. Os Planos de Ação são instrumentos inovadores e únicos no que tange a área de Defesa na América do Sul, verificam-se suas evoluções ano a ano, bem como seus êxitos, os quais têm levado a construção, cada vez mais fortalecida, de uma agenda regional de Defesa, concomitante a consolidação do desejo de cooperação e integração por parte dos países membros do CDS.

Nos Planos de Ação 2009-2012, os ministros da defesa da UNASUL adotaram medidas de transparência de informações sobre

gastos e indicadores econômicos de defesa, instituiu-se o primeiro Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, como um instrumento comum de medição dos gastos de defesa que realizam os países membros da UNASUL (CEED, 10/05/12, online).

Partindo das variáveis analisadas nesse documento, pode-se notar uma evolução nos pressupostos de defesa da UNASUL, sem variações de valores significativos durante o período, nem elementos que permitam estabelecer uma tendência armamentista ou uma militarização da região (EUROPA PRESS, 11/05/12, online). Faz-se importante destacar que este Registro pode ser considerado como um exercício de transparência, inédito em qualquer outra região. Alfredo Forti, diretor do CEED, destacou que este é um instrumento, produto de uma decisão política dos Ministros da Defesa da UNASUL, e que constitui uma verdadeira medida de fomento a confiança mútua (UNASUR, 10/05/12, online).

O CDS e a comunidade de segurança

Com base nos pontos apresentados, pautando-se nas teorias de Deutsch e Hurrell, e nos objetivos e planos de ações formadores do Conselho de Defesa Sul-Americano, foram se concretizando alguns aspectos relevantes. Partindo da concepção de fases de uma comunidade de segurança, o desenvolvimento da primeira fase desta, e utilizando-se como determinante o CDS, nota-se que as nações constituintes desse Conselho procuraram obter benefícios da cooperação em defesa e segurança, partindo de uma ação conjunta entre seus membros. Já, como segunda fase, verifica-se o estabelecimento de metas para elevar a confiança mútua, construindo-se planos de ação e a busca de uma identidade coletiva da América Latina e Caribe, com maior enfoque na América do Sul.

Fortalecer a América do Sul como região pacífica foi uma das importantes decisões realizadas pelos presidentes da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 28 de agosto de 2009, em San Carlos de Bariloche, onde assinaram um documento no qual se comprometeram a:

estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando a decisão de abster de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL. Além disso, reafirmam o compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como a rejeição à presença ou ação de grupos armados à margem da lei. (...) A presença das forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana e, em consequência, a paz e segurança na região. (ESTADÃO, 28/08/2009, online)

Na última fase, e mais determinante e caracterizadora, vê-se o aprofundamento do CDS no que se refere ao auxílio na determinação e desenvolvimento de uma comunidade, pluralística ou com vínculo fraco, de segurança, visto que, mesmo com o papel consultivo do Conselho, as ações dos Estados membros tem visado apenas a construção do multilateralismo com base na confiança mútua, busca-se um planejamento militar conjunto e coordenado, unido à definição de conceitos e ameaças externas, ressaltando-se o foco na compatibilidade de valores e no respeito às identidades nacionais. Tendo como ações efetivas o estabelecimento de Medidas de Fomento a Confiança e Segurança e o desenvolvimento do Registro Sul-Americano de Gasto de Defesa e dos Cadernos de Defesa I e II.

Esse primeiro esforço criado para a divulgação dos gastos de defesa dos países membros da UNASUL pode ser considerado extremamente importante, visto ser, apesar de ainda existir uma insuficiência de dados, é um avanço qualitativo sobre o acesso a esse tipo de

informação e sobre a criação de uma confiança. Além disso, se faz notável a importância do Conselho de Defesa, como primeiro instrumento, criado pelos países sul-americanos, que está realmente permitindo a instauração de um cenário adequado para que informações desse tipo sejam tratadas. (GOÑI, 18/06/12, online)

Considerações finais

Com o advento de novas ameaças, problemas e soluções estrategicamente sensíveis às constituições históricas, aos padrões de interação inter-estatal e às combinações de recursos políticos, econômicos e militares, surge à necessidade de uma regionalização da segurança internacional. Perante a complexidade das alianças estratégicas de segurança e defesa, nota-se um movimento de securitização regional na América do Sul, que deseja consolidar novas vias para o progresso de uma comunidade de segurança, pautado na própria criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A integração no âmbito da defesa e segurança entre os países da América do Sul é notável e essencial. A proposta brasileira de um conselho sub-regional de defesa acordou-se à justificativa que este órgão poderia enriquecer os mecanismos de cooperação militar e estender o nível de confiança mútua em toda a região, rejeitando-se o risco de intervenção de potências extra-regionais nos assuntos sul-americanos. A partir do estabelecimento de um mecanismo de medidas de fomento a confiança e segurança entre os Estados membros do CDS, se promoveu o fortalecimento da estabilidade, da paz e da cooperação na América do Sul (ITAMARATY, 2011, online).

Apesar de recentemente criado, o CDS constitui um efetivo progresso institucional dentro da estruturação da UNASUL, em função de ser uma estrutura consultiva na área de cooperação em segurança e defesa, evidenciando sua centralidade na prevenção de conflitos e no fomento à cooperação regional das forças armadas e das bases industriais do setor de defesa pré-existent.

Assim, seguir avançando nesta integração e em medidas de transparência são o caminho mais adequado que facilitará uma integração real entre as nações sul-americanas. Em que será demandado uma forte convicção da necessidade e dos benefícios estratégicos que dizem respeito uma região de paz e estabilidade, com democracias consolidadas e centradas em seu desenvolvimento econômico e social, além de marcadas por boas relações entre seus vizinhos. (GOÑI, 18/06/12, online)

*Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho' e Mestranda em Estudos Estratégico Internacionais Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Referências Bibliográficas

- ADLER, E.; BARNETT, M. *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ALMEIDA, Carlos W. Leite. *Transparencia presupuestaria en materia de Defensa*. In: CDS-UNASUR. *Memorias del seminario: Modernización de Ministerios de Defensa*. Quito: Imprefepp, 2009. p.101-111.
- ARAVENA, Francisco Rojas. *América Latina Defensa y Seguridad en el siglo XXI*. In: CDS-UNASUR. *Memorias del seminario: Modernización de Ministerios de Defensa*. Quito: Imprefepp, 2009. p.11-15.
- CDS-UNASUR. *Cuadernos de Defensa no. 2: Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Abya-Yala, 2010.
- }}}. Consejo de Defensa Suramericano-CDS - Plan de Acción 2010 - 2011. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=333&Itemid=261&lang=pt>. Acesso em 13 jul. 2011.
- }}}. Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=187&lang=pt>. Acesso em 02 jul. 2011.
- }}}. Estatuto del Centro de Estudios Estratégicos de Defensa del Consejo de Defensa Suramericano. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=256%3Aestatuto-del-centro-de-estudios-estrategicos-de-defensa-del-consejo-de-defensa-suramericano&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acesso em 02 jul. 2011.
- }}}. Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=188&lang=pt>. Acesso em 30 jun. 2011.
- }}}. Plan de acción CDS - 2012. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=333&Itemid=261&lang=es>. Acesso em 15 ago. 2012.

_____. PLAN DE ACCIÓN CDS - 2013. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=567&Itemid=270&lang=es>. Acesso em 12 dez 2012.

_____. Realización de la IV Reunión Ordinaria del Consejo de Defensa Suramericano con el objetivo de que Suramérica se proyecte como zona de Paz y Cooperación Mutua. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=566%3Arealizacion-de-la-iv-reunion-ordinaria-del-consejo-de-defensa-suramericano-con-el-objetivo-de-que-suramerica-se-proyecte-como-zona-de-paz-y-cooperacion-mutua&catid=65%3Anoticias-generales&Itemid=257&lang=es>. Acesso em 23 dez 2012.

CEED. Registro Suramericano de Gastos de Defensa - Avance preliminar - Resumen Ejecutivo. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/520ea114a42dd1963226e02c61e275c1f.PDF>>. Acesso em 15 maio 2012.

DEUTSCH, Karl. Análise das relações internacionais. Brasília: Editora UnB, 1978.

ESTADÃO. Na Unasul, Brasil pedirá transparência em acordos. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,na-unasul-brasil-pedira-transparencia-em-acordos,434622,0.htm>>. Acesso em 09 mar. 2012.

_____. Reunião põe à prova a real utilidade da Unasul. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,reuniao-poe-a-prova-a-real-utilidade-da-unasul,426027,0.htm>>. Acesso em 08 mar. 2012.

_____. Unasul discute metodologia para medição de despesas militares. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,unasul-discute-metodologia-para-mediacao-de-despesas-militares,581506,0.htm>>. Acesso em 09 mar. 2012.

_____. Unasul termina com compromisso pela segurança na região. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,unasul-termina-com-compromisso-pela-seguranca-na-regiao,426314,0.htm>>. Acesso em 09 mar. 2012.

_____. União sul-americana mexe com 'tabuleiro do poder', diz Lula. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,uniao-sul-americana-mexe-com-tabuleiro-do-poder-diz-lula,177031,0.htm?p=>>>. Acesso em 06 jul. 2012.

EUROPA PRESS. Brasil encabeza la lista con el 43% del total. Disponível em: <<http://www.europapress.es/latam/politica/noticia-unasur-paises-unasur-destinaron-97400-millones-euros-gastos-militares-2006-2010-20120511175953.html>>. Acesso em 15 maio 2012.

FILHO MENDEIROS, Oscar. Conselho de Defesa Sulamericano: Origens, Demandas e Propósitos. Disponível em: <www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc>. Acesso em 04 ago. 2011.

FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. Rev. Sociologia Política, Curitiba, n.24, p.217-231, 2005.

_____. Rumo à comunidade de segurança no Sul da América Latina - uma corrida de obstáculos. Rev. Iberoamericana, São Paulo, n.14, p.182-186, 2004.

GOÑI, Jose. Gasto sudamericano en defensa: hacia más integración. Disponível em: <<http://www.elquintopoder.cl/politica/gasto-sudamericano-en-defensa-hacia-mas-integracion>>. Acesso em 05 jul. 2012.

ITAMARATY. UNASUL. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em 04 ago. 2011.

JOBIM, Nelson. El Consejo de Defensa Suramericano y el desarrollo de Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad: una breve reflexión del punto de vista brasileño. In: CDS-UNASUR. Cuadernos de Defensa no.2: Confianza y seguridad en América del Sur. Quito: Abya-Yala, 2010. p.15-24.

MOREIRA, Angela. Consejo Sudamericano de Defensa: Hacia una Integración Regional en Defensa. Boletín RESDAL, Buenos Aires, p.2-20, 2009.

SAINT-PIERRE, H.; CASTRO, G. El Consejo Sudamericano de Defensa. Boletín RESDAL, Buenos Aires, n.29, 2008.

TELESUR. Secretario general de la Unasur abrió nueva sesión del Consejo de Defensa. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2012/11/28/dli-rodriguez-abrio-la-sesion-del-consejo-de-seguridad-de-la-unasur-2258.html>>. Acesso em 11 dez 2012.

_____. Unasur aprueba plan para producir aviones de entrenamiento básico. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2012/11/29/unasur-aprueba-plan-para-producir-aviones-de-entrenamiento-basico-304.html>>. Acesso em 11 dez 2012.

UNASUR. Registro de Gastos en Defensa es un paso fundamental en la consolidación de la confianza regional. Disponível em: <http://www.unasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=639:registro-de-gastos-en-defensa-es-un-paso-fundamental-en-la-consolidacion-de-la-confianza-regional&catid=66:noticias-unasur>. Acesso em 15 maio 2012.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. IN: International Organization. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Fundamentação da Metafísica dos Costumes

Por Ádamo Vieira*

Immanuel Kant (1724-1804) foi um dos maiores, senão o mais influente filósofo do iluminismo europeu. É autor de *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1781), *A paz Perpétua* (KANT, 1795), *Crítica da Razão Prática* (KANT, 1788) dentre outros. Este último consiste na aplicação de seu pensamento ao domínio da moral. O breve livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (KANT, 1785) é um ensaio simplificado, voltado ao público leigo, dos temas que futuramente Kant desenvolverá com mais complexidade na '*Crítica da Razão Prática*' e posteriormente, em *A Metafísica da Moral* (KANT, 1797). Esta resenha se propõe analisar os principais conceitos presentes na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, situando-nos internamente no conjunto da filosofia kantiana, e externamente, no contexto no qual o livro se insere. Também propõe em sua seção final uma reflexão crítica sobre o autor com base na repercussão de suas idéias no trabalho de outros pensadores.

I

Diz-se na filosofia que Kant realizou uma revolução análoga a copernicana, colocando a Razão no lugar onde Copérnico colocara o Sol. Se antes a pergunta filosófica fundamental era "o que é o objeto?", com Kant, ela se inverte para "De que maneira eu posso conhecer o objeto?" Assim, ele concebe a filosofia como teoria do conhecimento. Essa reversão ontológica funda-se em uma dupla concepção de sujeito, que se estenderia determinante pelo pensamento liberal subsequente e além, até autores recentes como John Rawls, e fora do liberalismo, Michel Foucault e o seu "duplo-empírico-transcendental".

A obra de Kant é uma resposta à crise encarnada na dicotomia entre *empirismo* e *racionalismo*. A crítica de David Hume colocava em cheque a segurança do conhecimento científico recém-formulado, através da proeminência epistemológica dos sentidos em detrimento da razão. Afirmava que a causalidade não se encontra nas coisas *em si*, na natureza exterior ao sujeito, mas pelo contrário, ela é uma operação mental do mesmo sujeito enquanto organiza os estímulos sensíveis.

Se a mente analisa sua experiência sem preconceito, ela deve reconhecer que de fato todo seu suposto conhecimento se baseia em uma constante saraivada caótica de sensações isoladas, e que a mente impõem sua própria ordem a essas sensações. (KANT, 2002, p. 31)

O conhecimento se reduzia à esfera da experiência, sendo a razão em última instância, dependente dela. Por outro lado, a revolução newtoniana, ápice do pensamento inaugurado por Descartes, parecia ter alcançado êxito em determinar regras universais fundamentadas na razão. Para o racionalismo, o único conhecimento verdadeiro seria o da razão purificada da experiência. A matemática é emblemática nesse aspecto. Coube ao pensamento kantiano a resposta a esta dicotomia.

Kant reproduz a crítica de Hume ao conhecimento. A única coisa que temos acesso é a impressão das coisas, sua marca sensível, subjetiva. O objeto-em-si, númeno, é inacessível. Não podemos concebê-lo senão através da aparência sensível que assume. Entretanto, apesar de não termos acesso ao objeto-em-si, é certo que podemos obter algum conhecimento seguro sobre o mundo, como atestado pelos sucessos de Newton. A solução proposta a esse impasse é que o objeto em si mesmo, gera impressões sensíveis, que necessitam serem organizadas por categorias inatas da mente para que o objeto possa ser concebido. Essas categorias seriam os princípios *a priori* inatos do pensamento, apreendidos pela Razão exclusivamente. Distinguem-se dos *a posteriori*, estes corrompidos

pelos dados da experiência. Disso deriva-se a concepção de mundo sensível e mundo inteligível. Tal concepção é fundamental na sua análise da autonomia e liberdade.

O mundo sensível é o mundo das representações de objetos na medida em que eles nos afetam. São as representações formadas na consciência, suscitadas pelo objeto, mas que não correspondem a ele em si mesmo. É o mundo dos fenômenos, da pura aparência. Trata-se do mundo empírico, contingente, que varia enormemente segundo a diferença de sensibilidade do sujeito. A ele, em um âmbito interno, correspondem as emoções e sentimentos, na forma de afecções provocadas na mente pela percepção de si enquanto objeto. O "Eu" numênico por detrás, o eu-em-si, pertence por sua vez ao mundo do inteligível, e só pode ser acessado através da reflexão racional.

O mundo inteligível é o mundo das coisas-em-si, além de toda contingência. Esse mundo nos é vedado pelas percepções sensíveis, e só é acessível através das categorias inatas da mente, ou seja, através dos conceitos *a priori* da cognição. É o mundo não-fenomenico, a realidade do númeno, oculta por detrás do véu dos sentidos, e desvelada unicamente através da razão. É a base do mundo sensível, de onde provêm suas leis. A razão seria a faculdade natural de todo ser racional enquanto tal de, apreendendo-se como inteligência, enquanto ser-em-si, intuir, mesmo que insuficientemente, as suas leis necessárias.

A razão se encontra a cima do entendimento, este estando ainda imiscuído na mutabilidade da experiência. Somente através da razão é que se pode ter autonomia; somente através dela é que o homem pode ascender ao domínio das leis universais. A razão é pura espontaneidade; é o *a priori* imutável das categorias da mente. É o fundamento do sujeito, condição para toda boa vontade, pois só através dela que se obtém conformidade com a lei moral.

II

A *Fundamentação à Metafísica dos Costumes* foi publicado por Kant em 1785. Consiste em uma simplificação voltada ao grande público, acerca das idéias que culminariam da *Crítica da Razão Prática* e *Metafísica da Moral*. Escreve-o, pois acreditava que, do conhecimento moral vulgar, é possível, através do esclarecimento, ascender a um conhecimento puro das leis necessárias da moral verdadeira. Essa fé na educação, na redenção pedagógica, é bem típica do iluminismo.

Primeiramente, ele define o que é uma Metafísica dos Costumes. É uma definição herdada da antiga filosofia grega. Divide-se o conhecimento em racional ou material. O material, Assim, Kant divide o livro em três sessões, pretendendo com elas percorrer o trajeto do conhecimento vulgar ao transcendental. A primeira seção se chama '*Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico*'; a segunda '*Transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes*' e por fim, a terceira seção se chama '*Último passo da metafísica dos costumes para a razão pura prática*'¹ restringir-se-ia a objetos específicos e a empiria. Já o racional, é o ramo do conhecimento que se ocupa "unicamente da forma do entendimento e da razão em si mesma, e das regras universais do pensar em geral"². Quando o conhecimento racional é analisado de forma pura, se chama lógica. Quando aplicado a um objeto de conhecimento específico, se chama Metafísica.

Assim, uma metafísica dos costumes, é a aplicação da razão pura apriorística a leis da liberdade, ou seja, a moral. Trata-se da ciência que estabelece as condições *a priori* universais da moral purificada da contingência do conhecimento empírico e impressões subjetivas. "A metafísica dos costumes deve, pois, investigar a idéia e os princípios de uma possível vontade pura e não as ações e condições

¹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo :Martin Claret, 2002, p. 34

² KANT Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo :Martin Claret, 2002, p. 45

do querer humano em geral”³. A divisão que suporta o conhecimento empírico e *a posteriori* das ações humanas, chamar-se-ia, em oposição a uma metafísica dos costumes, antropologia prática.

Ele prossegue definindo a “boa vontade” como objeto de análise da metafísica dos costumes. Somente a ela que se pode referir. A vontade impura e sujeita as inclinações é objeto da psicologia e não da metafísica. É necessário distinguir o querer do desejo e o querer da vontade. O querer do desejo não constituiria uma vontade para Kant, sendo para ele a vontade necessariamente autônoma. Dessa forma, a vontade é a faculdade de determinar a si própria segundo representações de leis universalmente válidas. Já o querer do desejo, é heterônomo, ou seja, subordinado as relações externas com os objetos. Não é vontade pois: *não é, pois, vontade que dá a lei a si mesma, mas sim, o objeto que com sua relação com a vontade dá a ela a sua lei.*⁴

Assim sendo, uma boa vontade é uma vontade boa em si, que visa à coordenação da disposição do corpo segundo um princípio válido em si mesmo. Não pode ser medida pelo que ela realiza, pelas obras que dela derivam; deve ser medida exclusivamente pelo seu querer intrínseco. Nas palavras de Kant:

A boa vontade, não é boa pelo que promoveu realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer; isto é, em si mesma. É fundamental para uma vida moral, pois é o que determina a utilização final dos atributos do sujeito. (KANT, 2002 p. 79)

Igualmente, somente essa vontade pode ser livre. Apenas ela é autônoma, ou seja, livre da opressão das inclinações naturais e dos sentidos. Se orienta exclusivamente pelo dever pelas leis universais do mundo inteligível.

Uma ação moral só é moral, se realizada pela obediência ao dever, e não por considerações acerca de vantagens ou desvantagens decorrentes dessa obediência. Trata-se de orientar a ação pelo mandamento puro, independente das inclinações subjetivas.

Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral não no propósito que por meio dela se quer alcançar, mas na máxima que a determina; não depende, pois, da realidade do objeto da ação, mas meramente do princípio do querer segundo o qual a ação foi praticada. (KANT, 2002, p.26)

O dever impõe-se em qualquer situação, em qualquer lugar e é absoluto, *fiat justitia, pereat mundus*. Ele traduz em *À Paz Perpétua: Que seja feita justiça, mesmo que o mundo pereça*. (KANT, 1795)

O que importa não é o resultado final, mas sim, a motivação interna que levou à ação. Se por exemplo, um comerciante não aumenta seus preços diante de um turista incauto por conta do temor que isso afete sua reputação, embora em nível de efeito a ação seja válida, ela não possui valor moral algum, pois não se realizou motivada pelo seu valor intrínseco; ao contrário, pautou-se apenas pela consideração pragmática. Oposto a idéia de dever, vemos o conceito de obrigação.

Quando por inclinações alheias a razão, o que é objetivo e necessário, assume perante o sujeito, caráter subjetivo e contingente, chama-se obrigação a relação das leis objetivas da razão com esse querer, sendo elas, assim, não encaradas como de obediência necessária. Diante de uma obrigação, quando se pensa não de forma puramente racional, vejo-me diante da possibilidade de cumpri-la ou não. Se, pelo contrário, eu estivesse limpo de todas as inclinações naturais, a lei me apareceria como uma necessidade absoluta, ao qual, eu não conceberia possibilidade de desobediência. Nesse segundo caso, não se trataria de uma obrigação mas de um mandamento expresso em um imperativo.

Um mandamento da razão é um princípio objetivo que quando representado, é constitutivo da ação. A motivação subjetiva da mesma chama-se máxima. É o que leva o sujeito a agir, como por

exemplo, seus impulsos naturais, emoções, inclinações ou a ignorância. A fórmula pelo qual o mandamento se exprime chama-se imperativo.

Na segunda seção do livro, Kant se pauta na definição do conceito de imperativo. Um imperativo é a determinação objetiva da razão pura em conformidade com uma vontade. Opõem-se, assim, ao conceito de máxima. Expressa-se pelo verbo “dever”. Dividem-se segundo a sua natureza em dois tipos: os hipotéticos e os categóricos.

Um imperativo hipotético é um mandamento relacionado aos meios de se obter determinado fim. Toda lei prática estabelece a realização de uma ação, encarada de uma forma ou de outra, como boa. Quando este bem se localiza no exterior da ação, ou seja, quando, ele não está contido na ação em si, temos um Imperativo Hipotético. O valor de determinada ação é medido em relação a um resultado possível, segundo a adequação desta mesma ação a essa finalidade. Por exemplo:

Alguém tem uma empresa, e doa todo ano cinco mil reais para instituições de caridade. Faz isso, pois assim, pretende melhorar a imagem da empresa, e por conseqüência, atrair mais clientes. Dessa fora sua doação nada tem de moral, pois ele não a realizou pelo seu valor intrínseco, mas sim, pelo seu valor externo pragmático.

Nesse caso, a ação do empresário foi motivada por um Imperativo Hipotético. Ela se deu condicionada pela busca de um resultado possível considerado bom (no caso, atrair mais clientes). O ato de ajudar os pobres não é realizado pelo seu valor intrínseco, mas sim, pela finalidade externa à qual essa ação se relaciona como meio. Por conta disso, essa máxima não pode ser universalizada a todos os seres racionais. Logo, não é moral. O Imperativo Hipotético não se pauta pela sua aplicabilidade universal mas pelo contrário, está sujeito a externalidade das condicionais empíricas de cada situação.

Em contraste com o Imperativo Hipotético, encontramos o Imperativo Categórico. É a lei moral proposta por Kant. Deriva da razão pura, pois através das contingências empíricas, é impossível determinar um princípio de ação universalmente válido. Diferente de um imperativo hipotético, o categórico não considera o fim da ação moral; trata-se de um agir em conformidade com uma representação de bem-em-si mesmo. É a ação necessária de uma vontade boa. Desconsidera os resultados, efeitos e proveitos possíveis de determinada ação, considerando exclusivamente o seu valor intrínseco. Consiste em um agir absolutamente desinteressado. É uma lei que deriva exclusivamente de princípios *a priori*, da pura incondicionalidade das formas do pensamento. Só pode ser alcançado através do princípio da autonomia. Exprime-se por três asserções. A primeira é a fórmula da lei universal: *Age só segundo máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal*.⁵

Ou seja, guie suas ações de forma que elas sejam universalmente válidas, independente de qualquer contexto e inclinação interior. A vontade é representada como legisladora de máximas universalmente aplicáveis e simultaneamente, como objeto sobre o qual essas leis se aplicam. Através deste imperativo, o sujeito pode avaliar a moralidade de suas ações, e agir conforme o dever. Exemplificando:

Franz esconde no sótão de sua casa, um amigo foragido da polícia. Um dia, ela bate na sua porta e lhe pergunta por ele. Ora, Franz pode muito bem mentir e os policiais irão embora. Entretanto, a mentira não pode ser válida como lei universal pois assim, seria impossível qualquer confiança. Assim, Franz deve falar a verdade, desconsiderando suas inclinações subjetivas em relação ao seu amigo, como a amizade e a fidelidade que ele sente para com ele.

Kant argumenta que todo ser racional é um fim-em-si-mesmo, pois é o princípio e causa eficiente de toda ação. Justamente

³Idem. 2002, 67

⁴Idem. 2002, 80

⁵KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. São Paulo :Martin Claret, 2002, p 87

por isso é chamado de “pessoa” e não de “coisa”. Dessa forma não pode ser jamais utilizado exclusivamente como meio. Dessa concepção emana a segunda formulação do imperativo categórico, a fórmula do fim em si mesmo: *age de tal maneira que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.*⁶

Em seguida, seguindo essa asserção, ele define o que seria um Reino dos Fins (KANT, 1785). Entende-se reino como uma ligação sistemática entre seres, segundo um princípio legislativo comum. O reino dos fins é um contexto ideal, em que todos os seres racionais seriam encarados como fins e jamais exclusivamente como meios. Estariam todos ligados por leis comuns, erigidas segundo uma vontade simultaneamente legisladora e objeto da legislação. Apenas através da moralidade que tal reino seria possível, pois apenas ela coloca a vontade no papel simultâneo de legislador e legislado. A partir desse conceito ele prossegue para a terceira formulação, síntese das outras duas, a Fórmula da Autonomia: que todas as máximas, por legislação própria, devem concordar com a ideia de um reino possível dos fins como um reino da natureza.⁷

Natureza, no sentido kantiano, deve ser enxergada como as relações causais entre os objetos externos. Seriam a física, a química, a biologia. Assim, trata-se de agir como se sua máxima pudesse ser válida para toda a natureza, como se fosse tão necessária e imutável como o binômio de Newton.

Vinculado a essa ideia ele desenvolve o conceito de Autonomia. É a faculdade de uma vontade de se determinar em si própria. O homem só é autônomo na medida em que pertence ao mundo inteligível, onde existe suspenso da causalidade dos fenômenos. Uma vontade autônoma, é uma vontade constituída segundo leis auto-impostas, independentes dos objetos e das inclinações. É o fundamento de uma vontade livre, ou seja, uma vontade pura. A autonomia compreende todo ser racional no exercício de uma ação, contanto que ela se dê segundo uma máxima que se proponha lei universal. Kant iguala uma vontade livre, autônoma, uma vontade perfeitamente sujeita a moralidade. Em suas palavras: a autonomia da vontade é a constituição da vontade, graças a qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer).⁸

A legislação da vontade é a mesma coisa que a liberdade. Na terceira seção, Kant descreve mais detalhadamente o conceito de liberdade. Oposto ao conceito de autonomia, ele descreve a heteronomia. Esta consiste na dependência da vontade em relação a objetos exteriores a ela. Acontece quando a vontade procura a lei que a determine no mundo sensível, em detrimento da sua natureza intrínseca e autônoma. Uma vontade heterônoma é aquela cuja lei se dá na relação dos objetos com ela, e não na sua relação interior. Dessa maneira, só permite a vontade imperativos hipotéticos, pois a universalidade da moralidade não pode ser encontrada no mundo sensível. Essa dependência pode se dar igualmente em um âmbito interno, pelas inclinações, como na ganância ou na luxúria.

Na terceira seção do livro, Kant coloca a seguinte questão: é possível tomar interesse, ou seja, ter uma afecção sensível que nos impulse a agir, pelo imperativo categórico, sendo este puro de todo interesse? Kant responde essa questão através da dicotomia mundo inteligível-sensível. Apenas na medida em que o homem se situa no mundo das coisas em si, ele pode perceber e agir segundo a necessidade da lei moral. Essa necessidade se expressa no mundo sensível como “dever” e se justifica no pressuposto de que o mundo inteligível é causa eficiente do mundo empírico. Em suas palavras como o mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível

[...]por conseguinte, terei de considerar as leis do mundo inteligível como imperativos para mim e as ações conformes esses princípios, como deveres. (KANT, 2002, p. 45)

Por fim, ele se dedica a elaborar um conceito de liberdade. É condição para toda lei moral. Não é demonstrável através da experiência, não se pode intuir no mundo perceptível o seu fundamento. É a propriedade das relações causais entre os seres que lhes permitem serem causas eficientes. Ela existe necessariamente como condição possibilitadora de qualquer moral. Um mundo sem liberdade seria um mundo impossível. Logo, ela existe, por mais que as ilusões sensoriais e limitações humanas a impeçam de ser plenamente compreendida. Liga-se à ideia de autonomia. Apenas uma vontade autônoma pode ser livre. Embora o homem se encontre sujeito às causalidades das leis naturais como fenômeno e esteja livre delas quando apreendido em si, não significa que no reino da liberdade (mundo inteligível) não haja leis, pois se elas não existissem, uma vontade livre seria algo absurdo. Representar-se segundo a ideia de liberdade, para Kant, é orientar-se segundo os ditames do imperativo categórico, ou seja, agir como se sua máxima fosse se tornar uma lei universal. Assim pois, vontade livre e vontade submetida a leis morais são uma só e mesma coisa (KANT, 2002)

Porém, esse conceito gera a seguinte dificuldade: como supor um homem livre em uma realidade que como haviam demonstrado Newton e Kepler, regia-se por um conjunto de leis mecânicas? Da mesma forma que uma tempestade não tem culpa do dano que traz, o homem imoral também não teria. “Um homem cruel tem tanta culpa de ser cruel, quanto um bloco de granito de ser de granito”⁹ nas palavras de Nietzsche, filósofo anti-kantiano por excelência. Kant responde esse dilema através da dupla natureza do homem. Por um lado, o homem, na condição de pertencente ao mundo sensível,¹⁰ está sujeito a mecanicidade das leis naturais. Porém, é necessário supor nele uma outra natureza que não a fenomênica, um sujeito-em-si independente da representação de si mesmo. Apenas nessa segunda natureza reside a liberdade. Entretanto, como a primeira natureza é falha em determinar conceitos universalmente aplicáveis, deve-se recorrer a uma ideia de liberdade (mesmo que não-fundamentada). Segundo essa ideia, agir de forma livre é agir segundo o imperativo categórico.

III

O pensamento de Kant exerceu grande influência no pensamento de diversos autores subsequentes, de Schopenhauer a Fukuyama. Em *À Paz Perpétua* (KANT, 1795), o filósofo exorta o fim do conflito entre países, sobre a égide iluminada da razão universal. A fé na razão humana formaria o espírito do século XIX e nos dias de hoje, ainda é relevante em muitas concepções teóricas. O sujeito kantiano, autônomo e racional, é o paradigma do sujeito liberal, cidadão do estado democrático de direito. A autonomia da vontade é pressuposto fundamental em qualquer sistema eleitoral. Sem esse conceito, a concepção de uma república seria logicamente inviável. A liberdade em Kant se opõe à liberdade hobbesiana; não é a ausência de regra que leva ao caos, mas sim, a submissão voluntária a regras universais que criarão ordem e paz. Essa inflexão na ordem da liberdade é emblemática na sobreposição do mundo absolutista ao liberal.

No século XX, o cientista político norte-americano John Rawls reviveu Kant em um liberalismo sem metafísica. O imperativo categórico é adaptado na ideia de justiça como equidade. A unidade social necessita de uma concepção de sociedade comum a todos os seus membros componentes, o suficientemente consensual para que obtenha no cidadão uma lealdade maior do que o vínculo que este possa vir a ter com outras instituições, credos ou

⁶ Idem. p. 56

⁷ Kant, Immanuel. *Fundamentação a Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 70

⁸ Idem., p. 52

⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 147

¹⁰ Kant, Immanuel. *Fundamentação a Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 69

ideologias. Independentemente das suas opiniões pessoais, religião ou modos de vida, um denominador comum impessoal deve ser encontrado para possibilitar a coesão social. Esse princípio seria o da justiça como equidade, ou seja, a “*concepção de sociedade como um sistema de cooperação entre pessoas livres e iguais*”¹¹.

Na prática, Rawls propõe a suposição de uma situação originária em que os sujeitos formadores do contrato social estariam envolvidos em um véu de ignorância, ou seja, não saberiam em que parte da sociedade se encontraria no momento posterior. Da mesma forma que o Imperativo categórico de Kant, a idéia de véu permite ao agente político verificar se sua ação se harmoniza com a concepção de justiça como equidade.

Em Foucault, a concepção de homem é determinada como um “duplo-empírico-transcendental”. Por um lado, o homem está inserido na mundanidade, seu corpo é objeto das investigações empíricas da ciência e da administração pública. Entretanto, ele também é transcendental na medida em que é constitutivo do seu próprio mundo, em que é sujeito constitutivo do conhecimento. Nas palavras do autor: o homem na analítica da finitude é um estranho duplo empírico-transcendental, porquanto é um ser tal que nele se tornará conhecimento do que torna possível todo conhecimento.¹²

Tal concepção é próxima a do sujeito Kantiano. O homem empírico é o homem fenomênico, sujeito as leis causais da natureza. Já o homem transcendental, pelo contrário, é o homem do mundo inteligível, do mundo em-si. A liberdade se dá justamente no espaço entre o numênico e o empírico. Na medida em que desconhecemos as relações necessárias que nos conduzem em termos fisiológicos, na medida em que a empiria ainda nos oculta o mundo-em-si, podemos ser livres. Muito da polêmica ética que se forma ao redor da biogenética na contemporaneidade se insere nessa perspectiva. Descobrir no homem a mecânica do gene como determinante de todo seu ser, personalidade, corpo, oferece uma grande ameaça a concepção de sujeito livre imprescindível ao mundo liberal. Escreve Kant sobre o acesso ao domínio numênico: como num jogo de marionetes, tudo gesticularia bem, mas nenhuma vida, porém, se encontraria nas figuras.¹³

Outra problemática da concepção de sujeito em Kant se refere ao trabalho de Sigmund Freud. Ao colocar dentro do homem um Outro que ao mesmo tempo em que não é parte do sujeito, ainda é parte, rompeu com a noção filosófica de até então que situava o “Eu” como consciência. Como pensar uma boa vontade pura se não podemos nunca saber o que realmente nos motivou? Uma ação realizada conscientemente pelo dever pode muito bem ter as mais baixas instintividades por trás. A razão se vê enfraquecida, acuada no seu próprio espaço por uma força nova e ulterior. O ser humano não é mais um ser racional como tal, mas sim, um ser também racional. No direito, a prova de insanidade mental é considerada válida em redução de pena. Na economia, a escolha racional é intermediada por uma série de estímulos direcionados ao inconsciente, toda a ciência do marketing e da psicologia de massa. Como pensar a autonomia neste novo quadro? Seria o momento de abandoná-la, mesmo sendo ela a base do cidadão democrático? Como pensar as novas técnicas de manipulação genética sem colocar em cheque o livre-arbítrio? Para tais questionamentos, só o futuro tem resposta.

Referências Bibliográficas:

- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- KANT, Immanuel. *Fundamentação a Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Companhia das letras, 2006
- RAWLS, John. *A Justiça como Equidade*. Extraído de: *Revista Lua Nova* – edição 25. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/-ac_direito/RawlsJusticaEq.pdf. Acesso em 04/09/2012. Acesso em: 04/06/2013
- TARNAS, Richard. *A Epopéia do Pensamento Ocidental*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

*Ádamo Bouças da Veiga é aluno do sétimo período de Relações Internacionais da UFF e pesquisador do Grupo Estados, Forças Armadas e Segurança, sob orientação do Professor Frederico Carlos de Sá Costa.

¹¹RAWLS, John. *A Justiça como Equidade*. Extraído de: *Revista Lua Nova* – edição 25. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/-ac_direito/RawlsJusticaEq.pdf. Acesso em 04/09/2012

¹²FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 439

¹³ZIZEK, Slavoj. *Órgãos sem Corpo*. São Paulo: Cia de Freud, 2008, p. 145

Cultura, Identidade e Política Externa: um breve ensaio

Por Beatriz Thomaz Carvalho*

O estudo da Cultura nas Relações Internacionais

O estudo do fator cultural nas relações internacionais sempre constituiu um tipo de pesquisa mais complexa em relação à investigação dos fatores materiais. Talvez por não se tratar de um fator físico e, portanto, de difícil mensuração, o estudo da cultura frequentemente foi relegado a um segundo plano. Além disso, segundo R.B.J. Walker (1990), o conceito de cultura é muito vago e tendencioso, o que dificulta seu estudo.

Entretanto, segundo Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007, p.223): “Os fatores culturais são cada vez mais determinantes na política externa dos Estados – ao lado dos físicos [...] e estruturais [...]”. Para esses autores, a cultura, entendida como um sistema de valores, constitui um fator bastante influente na política externa dos Estados, podendo servir como um elemento de aproximação ou de conflito.

De maneira similar, Mônica Herz (1987), uma das precursoras do estudo da cultura sob a ótica das Relações Internacionais no Brasil, acredita que a crescente ênfase na dimensão cultural é uma tendência atual, contrapondo-se à proeminência das dimensões política e econômica. A cultura seria um dos pilares do sistema internacional contemporâneo e, portanto, não poderia ser negligenciada.

Pierre Milza (1980, p.362), por sua vez, afirma que a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, ou seja, a produção e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade, também pode constituir um ator ou fator que influi nas relações entre os Estados. Segundo ele, isso acontece porque a cultura forja mentalidades e orienta o sentimento público. Dessa forma, a cultura e as ideias possuiriam um papel importante na determinação das ações dos atores, moldando seus pensamentos e oferecendo os instrumentos necessários para a interpretação da realidade social que os cerca.

Alexander Wendt (1999) também é um dos estudiosos das Relações Internacionais que enfatiza o papel das ideias na determinação dos interesses nacionais. A cultura forneceria o conhecimento compartilhado que guia e constrange a ação dos atores através, por exemplo, de leis, instituições ou ideologias, entre outras coisas. A estrutura, no caso a cultura, seria constantemente reafirmada através das práticas reiteradas dos atores, que dariam legitimidade a essa forma estrutural. No entanto, para o autor, os agentes, ou seja, os atores, e a estrutura, se co-constituem, ou seja, ao mesmo tempo em que os atores são coagidos a agir de certa forma pela estrutura, eles também podem, até certo ponto, mudá-la através de suas ações. Nesse caso, o ator não é simplesmente um ser passivo que obedece cegamente ao que lhe é imposto, ele possui uma margem de manobra, mesmo que pequena, para realizar mudanças na estrutura (ou cultura) na qual está inserido. Dessa forma, abre-se uma brecha para que as culturas sofram mudanças através do tempo, se adaptando a novos contextos.

Identidade, diferença e política externa

Diversos autores debruçaram-se sobre o estudo sobre como a identidade é formada. O sociólogo George Mead (1990) afirma que os

indivíduos formam sua identidade através do contato social com outros indivíduos. Dessa forma, ele entende que o grupo antecede o indivíduo e, portanto, é a chave para a constituição da identidade individual. Isto aconteceria porque a linguagem e os símbolos grupais seriam primordiais para que qualquer indivíduo pudesse se comunicar com outros. Portanto, seriam os símbolos e linguagens peculiares que uniriam um determinado número de indivíduos dentro de um mesmo grupo.

Assim, podemos conceber que a identidade individual se constitui principalmente através do contato com outros seres humanos e animais e também através de um processo de diferenciação e classificação. Para nos definirmos, nos diferenciamos daqueles que julgamos diferentes de nós e os classificamos de uma determinada maneira, em uma categoria diferente da nossa. Portanto, a diferenciação é uma ferramenta muito importante para a formulação da identidade dos indivíduos.

É certo que, com o advento da modernidade, cada vez mais as identidades são fragmentadas e os indivíduos conseguem possuir diversos papéis e identidades ao mesmo tempo. Entretanto, isso não muda a concepção de que a identidade é um aspecto relacional, formado através do contato e, portanto, não ligado à genética. Dessa forma, entende-se a identidade como uma construção subjetiva que é constantemente formulada e reformulada através do tempo.

Assim como na determinação da identidade individual, a diferenciação pode exercer um papel importante na formulação das identidades estatais. Para David Campbell (1998, p.9), a identidade é construída a partir da diferença: “[...] identity is constructed in relation to difference. [...] Difference is constituted in relation to identity”. Dessa forma, as fronteiras de um país teriam um papel primordial na determinação da identidade nacional, separando o que está “dentro” do que está “fora”, separando o “eu” do “outro”.

Campbell (1998, p.10-11) entende a identidade como a base de legitimação do Estado. Esta seria uma questão de discurso, separado, portanto, do “mundo real”. Esses discursos, segundo ele (p.193-198), giram em torno da diferenciação entre o que é “inferior” e o que “superior”, o que faz parte do grupo e o que está excluído dele.

Dessa forma, a identidade seria um fator determinante da política externa de um Estado. Esta serviria como uma prática de diferenciação e de modos de exclusão que determinam o que faz parte e o que não faz parte do conjunto, o que está “fora” e o que está “dentro”. Esse autor também entende uma diferença entre o que ele domina Política Externa e política externa. Segundo ele, a Política Externa serve para reproduzir a constituição da identidade estatal propiciada pela política externa. Essa última tem como objetivo prover os discursos e as interpretações que permitem lidar com a ambiguidade e a contingência, ou seja, lidar com o mundo. Já a Política Externa está preocupada em reproduzir essa identidade instável no nível estatal e conter os desafios a essa identidade resultante. Portanto, a política externa dos Estados tanto constrói a identidade nacional quanto a reproduz, sendo, portanto, um fator importante na determinação do comportamento dos Estados (CAMPBELL, 1998, p.68-70).

Segundo Nizar Messari (2001, p.227-228), a construção da identidade nacional não se dá apenas pelo uso negativo das diferenças e do antagonismo, mas também da aproximação positiva. Dessa forma, a identidade política está sendo constantemente produzida e reproduzida através do contato com aliados e inimigos. Diferentemente de Campbell (1998), Messari (2001) crê que a construção de identidades somente através do antagonismo não é uma explicação suficiente para a política externa, para a identidade nacional e a construção de interesses.

Messari (2001, p.228) ainda acredita que a política externa é um elemento crucial na permanente co-constituição do Estado e do meio internacional. De posse da ideia de que agente e estrutura são co-constituídos, ou seja, ambos determinam um ao outro e nenhum tem

precedência, ele acredita que são as “práticas de discurso” que permitem a representação do “mundo lá fora”. Essas representações discursivas do “outro” é que permitem as representações do “eu”: “In sum, the discourse of identity is possible in the mutual relationship between self and other. The mutual process of simultaneous recognition is central to identification, and both parts actively participate in it.” (MESSARI, 2001, p.233). Portanto, acreditamos que não somente os processos de diferenciação possuem uma relevância na determinação das identidades estatais, mas também os sentimentos de identificação e amizade seriam importantes.

A relevância da cultura e da identidade no comportamento dos Estados

Se a cultura é tão influenciadora ou até determinante da ação humana, ela provavelmente também acaba por influenciar também o comportamento dos Estados, que são formados por seres humanos, que também são produto da cultura na qual foram criados. Dessa forma, Paul A. Kowert (2001) acredita que a identidade é um elemento central na determinação das escolhas de política externa de um país, pois esta constituiria o meio pelo qual os líderes nacionais e os cidadãos comuns fariam o reconhecimento de similaridades e diferenças no nível das relações internacionais.

De acordo com Ronald L. Jeppenson, Alexander Wendt e Peter J. Katzenstein (1996), a cultura e a identidade são extremamente importantes na determinação do comportamento dos Estados. O primeiro elemento seria relevante, pois se constituiria de padrões como normas e valores e as normas afetam de diversas maneiras o comportamento humano e a identidade. Elas são capazes de moldar os interesses e a políticas estatais, além de moldar a própria identidade do Estado. A identidade, por sua vez, além de também ser capaz de afetar a identidade, os interesses e as políticas dos Estados, também seria capaz de afetar a estrutura normativa inter-estatal, como regimes ou comunidades de segurança.

Entretanto, essa não seria uma relação em via de mão única. Os autores colocam ênfase na importância do contexto social na formação da identidade estatal. Segundo eles, as propriedades de um ator, assim como seu comportamento dependem de um contexto social específico. Isso porque as identidades estatais e seus interesses seriam, em parte, construídos pela interação do sujeito com seu contexto.

Federico Merke (2008, p.42) é outro autor que possui uma visão parecida. Segundo ele, toda política exterior necessita dar sentido a uma situação e construir seus objetos mais relevantes e por isso usa de um repertório de atributos de identidade. Dessa forma é possível realizar certas ações e restringir outras: “[...] la meta de toda política exterior es crear un vínculo estable entre representaciones de identidad y la acción propuesta”.

De acordo com Merke (2008) toda política externa está condicionada às representações dos assuntos os quais busca abordar, como por exemplo, outros países, crises ou ameaças. Além disso, segundo Lene Hansen (2005, p.12 apud MERKE, 2008, p.42) o vínculo entre identidade e política é sempre discursivo. Dessa forma, a relação entre esses dois fatores seria constitutiva e não causal, ou seja, ao mesmo tempo em que a identidade é precondição da ação política, essa última também reproduz a primeira.

Ole Weaver (2005) acredita que é necessário compreender os discursos de identidade do Estado e da nação como forma de tentar entender a política externa. É preciso entender a ideia ou os conceitos usados para construir o que se entende pela própria identidade de Estado, sua relação com os vizinhos e o que essa vizinhança representa para aquele país. A visão que um país tem de si mesmo e dos outros é um dos elementos que o governo usa para interpretar o contexto que o cerca e para calcular suas ações.

Gonzalo Porcel Quero (2001) postula que a política pública e a política externa nunca são domínios separados, pois são constituídas dos mesmos elementos, a saber, performances linguísticas como declarações, afirmações, comprometimentos e etc. Assim, a língua pode ser usada em rituais e práticas específicas como objetivo de construir a ordem social. A história também possui um papel relevante na visão de Quero (2001), pois muitas políticas são justificadas e legitimadas recorrendo a uma memória histórica coletiva. Líderes e governos costumam criar leituras do passado que servem às suas intenções e justificam a necessidade ou validade de suas ações e políticas.

Dessa forma, pode-se entender que as identidades são construções coletivas formadas através do discurso e a partir de um passado construído e uma visão de mundo e do Estado nessa representação. Portanto, as estruturas discursivas é que seriam responsáveis por determinar as alternativas possíveis de ação. Assim, ficaria clara a relação entre poder e discurso: essa construção se dá através de lutas hegemônicas que buscam estabelecer uma liderança política, moral e intelectual através da articulação de sentido e identidade (MERKE, 2008, p.47).

Pierre Bourdieu (2004) possui uma visão parecida quando apresenta o conceito de representações mentais, que são propriedades simbólicas usadas em função de interesses materiais e simbólicos do portador, na procura de critérios de uma identidade que pode ser tanto regional quanto étnica.

“(…) estes critérios (por exemplo, a língua, dialecto ou o sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas na manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU, 2004, p.112).

O objetivo do autor é mostrar que a identidade do indivíduo é formada basicamente por sua cultura, que constitui um campo de luta de representações. Isto é, trata-se de uma luta eterna por impor uma determinada visão social no mundo, construindo a realidade e identidade da unidade.

Merke (2008, p.48-50) evidencia o vínculo entre a identidade e a política exterior de algumas maneiras. A identidade muitas vezes serve como uma ferramenta provedora de sentido para interpretar a realidade e planejar suas ações. Em outros momentos, essa articulação entre esses dois fatores supõe a criação de uma diferenciação entre o eu e o outro como duas esferas completamente antagônicas. Mais ainda, a política externa pode demonstrar a vontade e o desejo de um ator de interpretar um papel, construindo para si uma identidade e se apropriando de normas de conduta relativas a esse papel. Um país líder regional para ser reconhecido por seus vizinhos tem que agir como e arcar com os custos de possuir a liderança naquela região. Da mesma forma, cada Estado age de maneira diferente dependendo com o país com o qual está lidando, ele age de uma determinada maneira com os Estados menores e menos importantes e de outra maneira com os mais poderosos.

Gabriel A. Almond e G. Bingham Powell Jr. (1972) em seu livro “Uma teoria de política comparada” assinalam o poder da cultura e da identidade na determinação do comportamento dos Estados tanto interna quanto externamente. Um dos elementos destacados pelos autores é a cultura política, que constitui uma inclinação psicológica de um determinado sistema político. Ela consiste de atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda uma população, além de suas inclinações e padrões de comportamento, valores e julgamentos.

“Cultura política é o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhada por membros de um sistema político. [...] Esses aspectos individuais incluem: (a) orientações cognitivas como o conhecimento, preciso ou não, de objetos e credos políticos; (b) orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros, a respeito de objetos políticos; e (c) orientações avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores aos objetos e fatos políticos.” (ALMOND e POWELL JR, 1972, p.37)

A cultura política seria um elemento muito importante na explicação da ação política. Ela envolve um conjunto de fenômenos que podem ser identificados e até certo ponto medidos como, por exemplo, por meio de pesquisas de opinião, de declarações públicas, discursos, escritos, mitos, lendas e até do próprio comportamento observado. Por diversas vezes a cultura política estabelece certos limites em termos de ação já que obriga o sistema político a agir de acordo com alguns princípios daquela cultura.

O conceito de cultura política de Almond e Powell Jr. (1972) possui algumas semelhanças com o “liberalismo ideacional” de Andrew Moravcsik (1997). Assim como na concepção do último certas atitudes estatais são impulsionadas ou cerceadas pela vontade da maioria da população, a cultura política também funciona assim. Por exemplo, países que buscam maior autonomia internacional geralmente veem com bons olhos os pleitos de outros países por independência ou não interferência nos seus assuntos internos. Da mesma forma, países com regiões separatistas geralmente não apoiam movimentos separatistas em outros Estados, porque estariam abrindo um precedente. Ou seja, muitas vezes certas atitudes são possibilitadas ou impossibilitadas de acordo com os valores e ideias que o país possui.

Conclusão

O estudo da cultura tem cada vez mais atraído a atenção de pesquisadores e acadêmicos, apesar das dificuldades envolvidas em se estudar um fator de difícil definição e mensuração. Além de estudos que envolvem a pesquisa de como a cultura pode influenciar as ações humanas, muitos autores também se debruçaram sobre a reflexão da influência desse elemento nas relações internacionais.

De modo geral, a cultura serve como moldura dos valores e ideias humanas, condicionando suas ações. A cultura de um país também poderia condicionar as suas ações e preferências. Ela serve como um padrão de atitudes e valores os quais aquele Estado defenderá e pautará as suas ações.

Baseando-se na discussão realizada no presente ensaio podemos compreender que as identidades são construções coletivas formadas através do discurso e a partir de um passado construído e uma visão de mundo e do Estado nessa representação. Essas identidades, por sua vez, muitas vezes servem como uma ferramenta provedora de sentido para interpretar a realidade e planejar suas ações. Dessa forma, podemos inferir que a cultura pode exercer sim um papel definitivo nas relações internacionais e cabe aos estudiosos refletir sobre as possíveis formas como isso se dá.

*Beatriz possui graduação em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Educação La Salle (2009) e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Referências Bibliográficas:

- ALMOND, Gabriel. POWELL, Bingham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser desportivo? Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olhos d'água, 2003. p.39-72.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMPBELL, David. Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, 289 páginas.
- FISHER, Markus. Culture and Foreign Politics. In: SHAFFER, Brenda. (ed). The limits of Culture. Islam and foreign Policy. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2006, p.27-64.
- GOLDSTEIN, Judith. KEOHANE, Robert. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, Judith. KEOHANE, Robert. (Orgs). Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political changes. Londres: Cornell University Press, 2003, p.3-30.
- HERZ, Monica. Análise cognitiva e política externa. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol.16, n.1, jan/jun 1994, p. 75-89.
- HERZ, Monica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 6, ano 3, 1987, p. 61-76.
- HERZ, Monica. A dimensão cultural das relações internacionais e os atores não governamentais. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 8, ano 4, 1988, p. 69-82.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 445 páginas.
- JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Cap.2 - Identity and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J. The Culture of national security: Norms and Identity in World Politics. New York: Columbia University Press, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). The culture of national security: norms and identity in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. WENDT, Alexander. JEPPERSON, Ronald L. Norms, identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). The culture of national Security: norms and identity in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- KOWERT, Paul A. Toward a Constructive Theory of Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Foreign Policy, International Politics and Constructivism. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka (Edit.). Foreign Policy in a constructed world. Londres: M. E. Sharp, 2001, p.15-37/MEAD, G. H. Espíritu, persona y sociedad desde el punto de vista del conductismo social. México: Paidós, 1990.
- MEAD, G. H. Espíritu, persona y sociedad desde el punto de vista del conductismo social. México: Paidós, 1990.
- MERKE, Federico. Identidad y politica exterior en la Argentina y Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2008.
- MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MESSARI, Nizar. Identity and foreign policy: the case of Islam in U.S. Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- MILZA, Pierre. Culture et relations internationales. Relations Internationales. Paris: n.24, 1980, p.361-379.
- MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: a liberal theory of international Politics. International Organization, v.52, n. 4,1997, p. 513-553.
- ONUF, Nicholas G. World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- ONUF, Nicholas. Speaking of Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- QUERO, Gonzalo Parcel. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica Leite. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. (Org). História das relações internacionais: teorias e Processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 223-250.
- WALKER, R. B. J. The concept of culture in the Theory of International Relations. In: CHAY, Jongsuk. (Ed). Culture and international relations. New York: Praeger Publishers, 1990. p.3-20.
- WALKER, R. B. J. Sovereign identities and the politics of forgetting. In: Inside/Outside: International Relations as Political Theory. Nova York: Cambridge University Press, 1993, p.159-179.
- WEAVER, Ole. European Integration and Security: Analyzing French and German discourses on State, Nation and Europe. In: Howarth, David and Tarling, Jacob, (eds.) Discourse theory in European politics: identity, policy, and governance. Londres: Palgrave Macmillan, 2005, p.33-63.

O papel da Legião Estrangeira para a manutenção dos interesses da França no Mali

Lucas Palazzo¹

Apresentação

O artigo tem como objetivo mostrar de que forma se iniciou e se desenvolveu o conflito, iniciado em março de 2012, na República do Mali e também caracterizá-lo dentro das suas especificidades. Após isso, será feita uma análise da intervenção da França dentro do conflito, e alguns interesses para esse país dentro de sua atual conjuntura de crise econômica, e também como país membro da OTAN.

Dentro do contexto da intervenção francesa, será feita uma breve introdução sobre a Legião Estrangeira da França e uma análise do seu papel dentro da tipologia do conflito em que está se inserindo.

Introdução

O Conflito separatista no Mali é mais um entre outros sete que estão em curso atualmente na África. O continente, vítima do imperialismo europeu entre os séculos XIX e XX, evidencia essa fragilidade social e institucional de ter sido instantaneamente redividido, com etnias, religiões e povos divergentes fazendo parte de um mesmo território estatal.

No Mali, a revolta ganhou atenção da mídia internacional por se tratar de grupos extremistas islâmicos ligados a Al-Qaeda, e também de militantes tuaregues que lutaram ao lado de Muammar al-Gadafi na Guerra Civil da Líbia, em 2011.

O país africano ganhou mais destaque ainda após os revoltosos se aproveitarem da fragilidade do país diante de um Golpe de Estado feito por rebeldes militares insatisfeitos com posições do governo, e tomarem o poder de praticamente todo o norte do país.

Após o pedido do próprio presidente do Mali, Dioncounda Traoré, a França concordou em enviar tropas militares, inclusive da Legião Estrangeira, e ajudar a combater os fundamentalistas. Mesmo com o aval da ONU, a intervenção francesa em uma antiga colônia fez com que debates sobre neo-colonialismo voltassem a ser discutidos e os reais interesses da França questionados. O termo *Françafrique* está novamente inserido nos principais veículos globais de comunicação.

Da contextualização do conflito

A República do Mali é um país da África Ocidental de aproximadamente 12 milhões de habitantes. Sem saída para o mar, faz fronteira com a Argélia pelo norte, com o Níger ao leste, Mauritânia e Senegal pelo oeste e com três países pelo sul: Burkina Faso, Guiné e Costa do Marfim.

Por ser rico em recursos naturais, como Urânio, Ouro e Petróleo, foi conquistada e ocupada pela França, desde 1898, até a sua independência, em 1960. Como a maioria dos países que foram ocupados por países europeus na África, Mali, desde a sua independência, apresentou uma economia muito frágil e alta instabilidade política.

A história do país é marcada por revoltas e golpes de estado. Logo após a independência, em 1968, um golpe militar colocou Moussa Traoré na presidência, cargo que o mesmo ocupou até um novo golpe de estado, em 1991. Após uma nova Constituição feita e

a restauração da democracia, Mali iniciou o século XXI como um dos países mais estáveis do continente africano, liderado pelo presidente Touré.

A menos de um mês para as eleições presidenciais do Mali em 2012, militares rebeldes e insatisfeitos com a posição do governo frente ao constante conflito dos insurgentes Tuaregues no norte do país invadem a capital Bamako e o palácio presidencial, afirmando que haviam derrubado o regime de Touré. A Constituição do país ficou suspensa até o dia primeiro de abril e, uma semana depois, o Presidente declarou formalmente que havia renunciado ao cargo.

A situação de instabilidade e vácuo de poder é aproveitada pelos integrantes do Movimento Nacional de Libertação do Azawad² (MNLA) e por grupos fundamentalistas islâmicos, como o Ansar Dine, que é ligado à rede terrorista Al-Qaeda, e ao Movimento pela Unidade e Jihad da África Ocidental (MUJAO). Esses militantes, vários deles treinados e com experiência militar na Guerra Civil da Líbia pelo exército de Gadafi, se unem aos extremistas islâmicos tomam as principais cidades do norte do Mali como Kidal, Gao.

Após a batalha de Gao, os ex-aliados acabam entrando em conflito, que é ganho pelos grupos islâmicos que reivindicam todo o território do Azawad. Após a tomada de Tumbuktu, todo o território do norte do Mali é tomado e, em sete de abril, os islâmicos declararam a independência de Azawad.

Como o Ansar Dine e o MUJAO não pararam os combates e continuam a avançar, inclusive ocupando cidades do sul muito próximas a capital Bamako, o exército malinês se viu obrigado a pedir apoio internacional e retomar o controle de seu território. Até o MNLA abiu mão de seus planos de autonomia do Azawad e atualmente se encontram discutindo termos de paz com o governo do país.

1. Da caracterização do conflito.
 - 1.1. Dos atores do conflito.

Para um melhor entendimento da guerra que está em curso no Mali, seus atores precisam ser explicitados e caracterizados, pois somente dessa forma pode-se enquadrar o conflito em algum conceito de guerra propriamente bem definido, o que é fundamental para a compreensão do papel que cada ator do ponto de vista estratégico, e também para traçar perspectivas do desenrolar do confronto.

O primeiro ator da guerra a ser analisado é o grupo dos Tuaregues. É um povo berbere³ historicamente nômade, que ocupa o Azawad no norte do Mali, e também parte da Argélia, Chade, e outros países do norte africano. São muçulmanos, mas não árabes, possuem um idioma próprio e não respondem a nenhum Estado. Criaram o MNLA para reivindicar o território que eles habitam, mas que foi dividido pelos europeus em diferentes territórios nacionais.

Outro ator do conflito é o grupo islâmico Ansar Dine, liderado por Iyad Ag Ghaly. O grupo é acusado de manter laços com a Al Qaeda do magreb islâmico. Na tradução, o nome do grupo significa "Defensores da Fé". Diferente do MNLA, o Ansar Dine não visa à independência de nenhum território do Mali; seu objetivo é unicamente impor a Lei Islâmica da Sharia⁴ em todo o território do Mali.

O MUJAO, que também é um grupo islâmico, é considerado como uma organização terrorista por países como EUA e Reino Unido. A organização aproveitou o momento de instabilidade do país para realizar ataques e tomar cidades importantes. Seu objetivo principal é disseminar a Jihad⁵ na África ocidental, mas pode ser que a riqueza de recursos como o petróleo também seja um dos interesses do MUJAO na região, devido a sua importância econômica para todo o mundo.

² Região localizada no deserto do Saara.

³ Deriva do latim *barbarus*. É o termo usado para denominar povos habitantes do norte da África.

⁴ Conjunto de Leis Islâmicas compreendido pelo Alcorão.

⁵ De acordo com a mais aceita das interpretações, Jihad significa o esforço dos islâmicos em propagar a sua religião.

¹ Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional - COPPEAD/IESC/NEI - UFRJ

Por fim, o último agente participante do conflito é o próprio governo do Mali e o seu exército. Vítima de um golpe de estado, o governo se viu frágil e facilmente dominado após os ataques no norte do país. Após o reestabelecimento do Estado, o exército do país, com a ajuda da comunidade internacional, tenta combater os separatistas e fundamentalistas para retomar a soberania do seu território nacional.

2.2 Da tipologia do conflito.

Após todos os atores do conflito devidamente identificados, podemos enquadrar devidamente a guerra no Mali dentro de uma ou mais tipologias de guerra dentre as mais conhecidas.

Provavelmente, o conceito de guerra mais conhecido e aplicado seja o de Carl Von Clausewitz em sua obra "Da guerra", que trata da Guerra convencional. Entretanto, em se tratando da guerra em questão, esse conceito não é aplicável. "A guerra é simplesmente a continuação das políticas por outros meios"⁶. É uma das máximas da obra de Clausewitz, e, além de enfatizar o caráter político da guerra, também complementa que "a guerra não pode ser dissociada da vida política"⁷.

Além do elemento político, outros pontos fazem com que a visão de guerra de Clausewitz não seja apropriada para descrever o que está acontecendo no Mali. A guerra sendo lutada somente entre nações e seus respectivos exércitos também é uma questão central em "Da guerra". Segundo o autor

"Toda a atividade militar deve estar, portanto, direta ou indiretamente relacionada com o engajamento. O fim para o qual um soldado é recrutado, vestido, armado e adestrado, todo motivo dele dormir, comer, beber e marchar é simplesmente que ele possa lutar no lugar certo e no momento certo."⁸

O que está sendo evidenciado no Mali não são exércitos estatais divergindo entre si no âmbito político por meio do conflito armado. Só existe um exército estatal nesse conflito, que é o da própria República do Mali. Os outros atores que estão combatendo no Mali não são estados, e sim grupos não estatais que lutam por objetivos religiosos e étnicos.

O que se vê no norte da África atualmente são grupos divergentes com objetivos de caráter divergente e ainda um estado tentando recuperar sua soberania nacional, em combates que não são bem definidos e podem ocorrer em meios urbanos e de forma irregular. Essa irregularidade nos confrontos enquadra o conflito no Mali em um primeiro conceito: Guerra Irregular. Esse conceito também pode ser substituído por Guerra Assimétrica.

O conceito de assimetria nos submete à discrepância entre dois ou mais objetos analisados. No caso da Guerra no Mali, a assimetria é perfeitamente encontrada entre os atores envolvidos no conflito, seja na forma de organização, nos objetivos ou no modo de se comportar. Para Mary Kaldor, esse novo tipo de guerra está associado à globalização.

"Kaldor concebe a globalização não como causa, mas como um contexto fundamental para se compreender a manifestação dos novos tipos de organização da violência, voltando sua atenção para o impacto da intensificação das interconexões globais sobre o futuro do Estado moderno baseado em uma soberania defendida territorialmente e, em particular, para os efeitos de tal processo sobre o declínio do monopólio do uso legítimo da força pelo Estado."⁹

2. Da intervenção francesa e seus interesses

Após perder o controle de todo o norte do país e ver os rebeldes avançando em direção a capital, o Presidente interino do Mali se viu obrigado a pedir ajuda à comunidade internacional.

Apoiada pelos EUA e também pela ONU, a França ordenou no início de 2013 o envio de 750 militares para lutar ao lado do exército do Mali contra o avanço dos rebeldes. Estima-se que o número de soldados chegue a 2.500 em pouco tempo. As tropas francesas já iniciaram, no dia 11 de janeiro, o combate contra os insurgentes e ajudaram a retomar o controle de algumas cidades importantes do país, como Timbuktu e Gao.

Nesse contexto de guerra, a "ajuda humanitária" no Mali já rendeu a François Hollande o prêmio pela paz Félix Houphouët Boigny, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por sua valiosa contribuição para a paz e a estabilidade na África, segundo indica o site da ONU.¹⁰ Uma pesquisa da BVA também apontou que a aceitação de Hollande - que andava no tanto quanto impopular - aumentou quatro pontos percentuais desde o início da ação francesa no Mali.¹¹

Apesar de todo esse discurso humanitário, os interesses da França são bem claros em relação ao país africano. Nenhum outro interesse senão o próprio faria um país que enfrenta uma crise econômica gastar 70 milhões de euros (até o presente momento) para enviar tropas a outro continente, em um conflito onde não existe nenhuma aspiração política por parte dos europeus.

Além de haver sem sombra de dúvida um medo constante de que grupos ligados a Al-Qaeda tomem o controle de regiões tão ricas em urânio, os interesses econômicos da França no Mali são fundamentais em diversos setores estratégicos para a frágil economia do país.

"As empresas francesas estão muito bem posicionadas em setores importantes da economia malinense. A título de exemplo: a companhia Orange controla o setor da telefonia; a Dagrís conta com uma posição privilegiada depois da privatização do monopólio estatal da Companhia Mali para o Desenvolvimento Têxtil; a Bouygues domina o setor elétrico e uma parte importante da mineração do ouro (o Mali é o terceiro produtor de ouro da África).

Já a gigante Areva, estatal na produção de urânio, tem os direitos de exploração de duas grandes bacias no norte do Níger - vizinho do Mali -, de onde extrai 30% do urânio consumido na França (70% da eletricidade provem desta fonte). Por obra do acaso, recentes estudos indicam que o Mali também dispõe de muito urânio em seu subsolo. Além de tudo isto, o Mali se encontra numa zona geoestratégica fundamental, servindo de corredor entre Níger e Argélia e sua situação entre a o Norte da África e a África subsaariana e entre o Golfo da Guiné e o Golfo de Aden, portanto numa situação invejável. Assim, para os interesses ocidentais o Mali não é um simples país pobre."¹²

Por serem aliados históricos da França e também membros da OTAN, é evidente que interesses norte-americanos também estivessem envolvidos. Os EUA recentemente anunciaram a instalação de uma base de Drones¹³ no Níger, país vizinho ao Mali. O avanço de fundamentalistas para fora das fronteiras do Mali seria uma ameaça direta a um importante fator estratégico para as Forças Armadas dos EUA. Mesmo alegando ser a favor da "guerra ao terror", termo criado pelo próprio Estados Unidos, fica explícito que o apoio à França também envolve objetivos militares na região.

⁶ CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra, Ed e trad por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, p. 99. Em <http://pt.scribd.com/doc/98653497/Da-Guerra> acessado em 24/02/2013.

⁷ Ibid, p. 99.

⁸ Ibid, p. 101

⁹ LOPES, Liana. *New and old wars - organized violence in a global era*, Contexto int. vol. 24 no. 2 Rio de Janeiro Jul/Dez. 2002. Em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292002000200006&script=sci_arttext Acessado entre os dias 15/02/2013 e 25/02/2013

¹⁰ Segundo <http://www.onu.org.br/unesco-concede-premio-de-paz-ao-presidente-da-franca/> Acessado em 22/02/2013

¹¹ Retirado do site <http://www.businessweek.com/news/2013-01-29/hollande-popularity-gains-after-mali-intervention-poll-shows>. Acessado entre os dias 15/02/2013 e 25/02/2013.

¹² Análise Internacional do Jornal "O Povo", feita por João Bosco Monte, Pós Doutor em Relações internacionais, disponível em <http://www.opovo.com.br/app/opovo/mundo/2013/02/09/noticiasjornalmundo,3003615/por-que-o-interesse-da-franca-pelo-mali.shtml>. Acessado em 26/02/2013.

¹³ Sigla em inglês para "Veículo Aéreo Não Tripulado".

Fica claro, após os argumentos feitos, que o interesse principal do governo francês é o de garantir a manutenção de suas posições estratégicas. Esse ponto de vista evidencia que “a relação da França com as suas neo-colônias – como a de todo o imperialismo – não é outra que a do saqueador de recursos”¹⁴

3. Do papel da Legião Estrangeira

A intervenção francesa teve início, de fato, após pedido do governo do Mali. O número inicial era de 500 soldados franceses, porém agora essa quantidade já chega a alguns milhares. Em uma época de fragilidade econômica, um orçamento inesperado de dois milhões de euros diários certamente não favorece à reconstrução financeira da França.

Historicamente, é evidenciada a dificuldade de grandes potências em guerras assimétricas, vide Vietnã e a mais atual guerra ao terror. Os EUA continuam com tropas no Iraque e os gastos já chegam a um trilhão de dólares. No Mali, a guerra também é contra extremistas islâmicos não-uniformizados e com apelo religioso, além de mercenários tuaregues armados após o conflito na Líbia. Portanto, pode ser que a guerra em curso no norte da África dure mais tempo do que o planejado pela França e também que o contingente francês tenha que ser expandido.

É nesse contexto que se insere a Legião Estrangeira da França. Criada pelo então Rei Luís Felipe, em 1831, para atuar na dominação das colônias africanas como a Argélia, que é vizinha ao Mali, a Legião já foi composta de mendigos, ladrões, fugitivos e imigrantes e combateu nas duas grandes Guerras Mundiais, na Guerra do Golfo e até contra rebeldes Tuaregues no início do século XX.

Após uma série de conflitos internos e desistências, a Legião foi redesenhada e se encontra nos seguintes moldes: são aceitas pessoas de qualquer nacionalidade, porém o histórico de cada uma é avaliado antes que o contrato inicial de cinco anos seja realizado. O alistamento só pode ser feito na França, e após os cinco anos de contrato, se tem a opção de renová-lo e até requerer cidadania francesa. A Legião tem bandeira e código de honra próprios da instituição.

Muitos se alistam por fazer parte de algum exército nacional mas não ter expectativas de combates para atuar, outros se integram à Legião pela oportunidade financeira, sendo chamados muitas vezes de mercenários¹⁵ modernos, e outros tantos estão interessados na cidadania francesa-europeia.

O que se constata é a profissionalização da Legião Estrangeira, o que, atualmente, significa um relevante aumento de contingente militar francês. Esse contingente terá papel fundamental para o conflito do Mali, já que o aumento das tropas em solo africano, provavelmente, se fará necessário. Além disso, o governo francês tem a vantagem de não precisar arcar com altos custos de treinamento, já que a maioria dos soldados da Legião já participou de algum tipo de exército militar.

Outro ponto importante é que, por ser composta de integrantes de várias nacionalidades, a Legião Estrangeira pode ser beneficiada com soldados que estejam acostumados com conflitos assimétricos. Por não terem em sua maioria nacionalidade francesa, mas mesmo assim terem vínculo com o Estado francês, os soldados da Legião são os que geralmente atuam em missões mais arriscadas e onde o conflito é mais intenso.

4. Considerações finais

Verifica-se uma dificuldade em se traçar projeções a cerca da Guerra do Mali, já que o conflito ainda se encontra em uma fase inicial. Entretanto, algumas considerações podem ser feitas em relação à conjuntura em que se insere o país norte-africano. A tendência conflituosa do continente africano é a primeira delas. A fragilidade econômica deixada pelo imperialismo europeu, acrescida de uma grande diversidade étnica e uma abundância de recursos naturais importantes, faz do continente africano o mais instável e conflituoso do período atual

Outro ponto de grande relevância evidenciado durante o artigo é a importância desse território para a França. O governo de François Hollande não abrirá mão de garantir seus interesses estratégicos no Mali, mesmo que isso signifique ter que aumentar o contingente e, conseqüentemente, os gastos militares. Para tal objetivo, a sua Legião Estrangeira terá papel fundamental em garantir posições favoráveis dentro do desenrolar dessa Guerra Assimétrica. ☹

Referências bibliográficas

COSTA, Darc. “Visualizações da Guerra Assimétrica” Disponível em <http://www.esg.br/uploads/2009/03/darc7.pdf> Acessado em 26/02/2013

MONTE, João. <http://www.opovo.com.br/app/opovo/mundo/2013/02/09/noticiasjornalmundo,3003615/por-que-o-interesse-da-franca-pelo-mali.shtml> Acessado em 27/02/2013

SCHUURMAN, Bart. Clausewitz e os estudiosos da “Nova Guerra”, 2010. Disponível em http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20111031_art009POR.pdf Acessado em 27/02/2013

<http://www.onu.org.br/unesco-concede-premio-de-paz-ao-presidente-da-franca/> Acessado em 27/02/2013

<http://www.onu.org.br/mali/> Acessado em 27/02/2013

JANSEN, Hans <http://frontpagemag.com/2012/dr-hans-jansen/what-is-sharia/> Acessado em 27/02/2013

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130115_mail_quemequem_bg.shtml Acessado em 26/02/2013

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130116_mali_franca_bg.shtml Acessado em 27/02/2013

<http://www.forte.jor.br/2013/02/18/guerra-no-mali-evidencia-questoes-do-novo-imperialismo-diz-historiador/> Acessado em 26/02/2013

<http://www.legion-recrute.com/pt/code.php?SM=0> Acessado em 28/02/2013

<http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2013/01/franca-enfrenta-no-mali-uma-guerra-ao-fundamentalismo-islamico.html> Acessado em 27/02/2013

<http://www.cnn.com/2013/01/29/us/niger> Acessado em 28/02/2013

<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17582909> Acessado em 27/02/2013

<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-21014206> Acessado em 27/02/2013

<http://mondediplo.com/2013/01/04mali> Acessado em 28/02/2013

¹⁴ Retirado do site <http://contrapoder.info/o-uranio-do-azawad-uma-analise-urgente-da-intervencao-militar-francesa/>. Acessado em 25/02/2013.

¹⁵ Do latim *mercenariu*, significa aquele que trabalha por pagamento.



CULTURA

"LATINOAMÉRICA"*

CALLE 13

Soy... soy lo que dejaron
 Soy toda la sobra de lo que se robaron
 Un pueblo escondido en la cima
 Mi piel es de cuero, por eso
 aguanta cualquier clima
 Soy una fábrica de humo
 Mano de obra campesina para tu consumo
 frente de frío en el medio del verano
 El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
 Soy el sol que nace y el día que muere
 Con los mejores atardeceres
 Soy el desarrollo en carne viva
 Un discurso político sin saliva
 Las caras más bonitas que he conocido
 Soy la fotografía de un desaparecido
 La sangre dentro de tus venas
 Soy un pedazo de tierra que vale la pena
 Una canasta con frijoles,
 soy Maradona contra Inglaterra
 Anotándote dos goles
 Soy lo que sostiene mi bandera
 La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
 Soy lo que me enseñó mi padre
 El que no quiere a su patria,
 no quiere a su madre
 Soy América Latina,
 un pueblo sin piernas, pero que camina

[refrão]

Tú no puedes comprar al viento
 Tú no puedes comprar al sol
 Tú no puedes comprar la lluvia
 Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes
 Tú no puedes comprar los colores
 Tú no puedes comprar mi alegría
 Tú no puedes comprar mis dolores

Tengo los lagos, tengo los ríos
 Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío
 La nieve que maquilla mis montañas
 Tengo el sol que me seca y la lluvia
 que me baña
 Un desierto embriagado con peyote

Un trago de pulque para cantar con los
 coyotes

Todo lo que necesito, tengo a
 mis pulmones respirando azul clarito
 la altura que sofoca,
 Soy las muelas de mi boca, mascando
 coca

El otoño con sus hojas desmayadas
 Los versos escritos bajo la noches es-
 trellada

Una viña repleta de uvas
 Un cañaveral bajo el sol en Cuba
 Soy el mar Caribe que vigila las casitas
 Haciendo rituales de agua bendita
 El viento que peina mi cabellos
 Soy, todos los santos que cuelgan de mi
 cuello

El jugo de mi lucha no es artificial
 Porque el abono de mi tierra es natural
 Trabajo bruto, pero con orgullo
 Aquí se comparte, lo mío es tuyo
 Este pueblo no se ahoga con marullo
 Y se derrumba yo lo reconstruyo
 tampoco pestañeo cuando te miro
 para que te recuerde de mi apellido
 La operación Condor invadiendo mi
 nido

Perdono pero nunca olvido

Oye!

Vamos caminando
 Aquí se respira lucha
 Vamos caminando

Yo canto porque se escucha

Vamos caminando
 Aquí estamos de pie
 Que viva la América!

No puedes comprar mi vida... 🎧

* Latinoamérica es una canción del disco Entren los que quieran, del grupo puertorriqueño Calle 13.

Fue lanzada a mitad del año 2011; Ha recibido 10 nominaciones al Grammy Latino, entre ellas Mejor Canción del Año, Mejor Grabación del Año, Mejor Álbum y Mejor Álbum de música urbana por Entren los que quieran, siendo no sólo el favorito, sino el que más candidaturas tiene. Finalmente, ganó varias de dichas categorías.

El videoclip:



▶ 5:43

<http://youtu.be/DkFJE8ZdeG8>

Literatura

Às três da tarde em que o sol era implacável

POR TIAGO DUARTE

(dedicado à Carlos Alexandre Azevedo)¹

às três da tarde, numa quinta, o sol era implacável, enquanto pessoas atravessam a avenida traçando seus destinos sem pressa (e em alguns casos, sem cuidado.) poucos, entretanto, ousavam olhar para o alto, com um ar pesado e cansado; aonde nuvens brancas mudam o formato de acordo com o desejo de quem as olha. um rapaz caminhava curvado e envergonhado, carregava toda a culpa do mundo porém sem se sentir culpado, apenas vítima, de um pecado que não havia cometido, e cuja lembrança, era apenas uma fagulha. havia, entretanto, o desejo de se perdoar, porém, ele não conseguia encontrar a compaixão...

e ao mesmo tempo em que a tarde era quente, as sombras eram uma raridade que, ocasionalmente, se faziam presente com os ombros arqueados, ele andava, como uma obrigação ou uma tarefa, olhava para os lados mas não enxergava o suor escorria em sua testa, e era prontamente enxugado com suas mãos débeis e delicadas. ele entra no ônibus, senta-se só via a calçada através da janela, por medo de estar dentro dela.

ocasionalmente, permitia-se olhar de soslaio com atenção para uma senhora com seu filho ou neto ou sobrinho de colo passando pela roleta, e se ele sentia que ela poderia vê-lo, olhava para o chão e mirava seus sapatos com o cadarço desamarrado, porém não via por quê atar as duas pontas...

já eram 3h47 quando ele desce do ônibus, prestou atenção em tudo, e não se concentrara em nada entrou em sua casa, morava só, com seus livros, discos, sonhos, canções, culpa, tentações, medos e memórias, que todo dia, como um fiel inimigo, sem qualquer outra responsabilidade, o atormentava.

mais tarde, ele se mataria, por motivos que o país busca enterrar, nossa conciliação com o passado é feita de esquecimento, cinismo e negação.

como ele se matou, é irrelevante, apenas um detalhe, como toda a liberdade de seus algozes, em ir a padaria, beijar seus filhos, dormir com suas esposas e amantes, enquanto ele remoía o que jamais conseguira entender, ou lembrar completamente. criado pela violência, permitira-se, por fim um último ato de resistência.

sozinho, em sua morte, triunfaria sobre seus algozes, pois encontraria, apesar deles, sua própria paz.

¹ Tendo falecido em 2013, "Carlos era filho de Darcy Andozia e Dermi Azevedo, militantes da resistência à ditadura. Nascido em 1972, Carlos foi torturado nas dependências do DEOPS paulista, onde estava preso junto com a mãe, em 1974, quando tinha apenas 1 ano e 8 meses. Carlos não se recuperou do trauma, e realizou tratamentos psicológicos ao longo de toda a vida.

Sofrimentos como esse revelam a dor, ainda silenciada, de diversas famílias que foram vítimas das violências cometidas pelo governo ditatorial militar. Casos como o de Carlos reafirmam a necessidade de atuação da Comissão Nacional da Verdade na busca pela memória e verdade envolvendo as graves violações aos direitos humanos." (www.cnv.gov.br, 2013)

Comissão Nacional
da VERDADE

AGENDA

Calendar



AGENDA

Próximos Eventos

Nesta seção serão divulgados os principais eventos de Relações Internacionais, ou de áreas correlatas, que já possuem data marcada. Caso deseje divulgar algum evento na próxima edição, ou até mesmo em nossas redes sociais, basta entrar em contato conosco. 

JUNHO



Palestras do IESP:

Dia 07: Adalberto Cardoso, IESP-UERJ
Revisitando a Economia Informal

Dia 14: Rainer Schmidt, Cátedra Martius de Estudos Alemães e Europeus, USP
Os limites da constituição: o caso da Alemanha

Dia 21: Monica Hirst, Universidad Nacional de Quilmes
A presença do Brasil na Bolívia: complexidades e desafios

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Center for Hemispheric Policy (CHP), da Universidade de Miami, realizarão no dia 11 de Junho de 2013 das 15h às 18h, no Auditório do Subsolo da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ, localizada na Rua da Candelária, 9, o "III Brazil-US Forum".
<http://www.cebri.org/>

UNIVERSITY OF MIAMI
CENTER for
HEMISPHERIC POLICY



JULHO

Multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial



O 4º Encontro Nacional da ABRI, que terá lugar na cidade de Belo Horizonte, de 23 a 26 de julho de 2013, procurará refletir sobre o multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial. <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/>

MONOGRAFIAS

Relações Internacionais



Essa iniciativa almeja criar um espaço para expor os trabalhos de conclusão de curso dos alunos de Relações Internacionais da UFF, para que os temas debatidos por cada um dos formados e formandos, possa servir de base e, também, possam ser referências para futuros formandos. Todos as monografias aqui expostas foram enviadas e aprovadas pelos seus respectivos autores. 🎧

DISSUASÃO DO REINO UNIDO NAS ILHAS MALVINAS (1980-2010)

por ALEXANDRE GONÇALVES

A Guerra das Malvinas, também chamado de Conflito do Atlântico Sul, foi um conflito armado deflagrado entre Argentina e Reino Unido, no ano de 1982, pela posse das ilhas de mesmo nome. Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução, histórica, da dissuasão perpetrada pelo Reino Unido nas Ilhas Malvinas, em um recorte temporal que compreende o referido conflito. Ainda dentro dessa evolução, objetiva-se compreender a alteração da postura de dissuasão nas Ilhas antes e depois (e por ocasião) da Guerra das Malvinas de 1982. Visou-se atingir esse objetivo através de uma revisão bibliográfica e de séries temporais de gastos militares do Reino Unido nas Ilhas Malvinas, desde 1980 até 2010. Após uma introdução sobre o tema, situação teórica sobre o conceito da Dissuasão e a revisão dos fatos históricos até 2 de abril de 1982, visou-se delinear os motivos pelos quais a dissuasão falhou. A partir das ações desenvolvidas pelo Reino Unido, nas Ilhas, depois do conflito, visou-se cotejar tais com os motivos que levaram a quebra da dissuasão anteriormente, expondo os novos meios desdobrados e as novas capacidades das forças britânicas nas ilhas, ao longo do tempo, bem como qual é a compreensão britânica da ameaça argentina à soberania das Ilhas exercida pelo Reino Unido.

A DIMENSÃO ATLÂNTICA DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA APÓS A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

por CAIO ALMEIDA

Essa tese pretende discorrer sobre a dimensão atlântica da política externa portuguesa a partir da redemocratização do país após da Revolução de Abril de 1974 e a conseqüente descolonização do seu império afro-asiático. Após esse período Portugal procura a normalidade política e o desenvolvimento econômico passando por acomodações ideológicas entre 1974 e 1967 triunfando o projeto socialista moderado de Mário Soares, Portugal volta-se para a Europa iniciando uma série de negociações e reformas que vão culminar com sua adesão oficial à comunidade Européia em 1986.

O projeto da lusofonia surge nesse contexto específico em que Portugal tenta resgatar seus vínculos perdidos com o Atlântico ignorando as relações complicadas de dominação entre a colonização portuguesa e os nativos africanos e constroem-se discursos idílicos de irmandade mediante a língua. É justamente quando Portugal perde o controle físico sobre territórios na África e na Ásia, que a língua recebe uma importância maior.

RESISTÊNCIAS AO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: RECLAIM THE STREETS, BLACK BLOC E O MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO

por Verena Seelaender da Costa

O movimento antiglobalização foi um dos fenômenos políticos de maior importância da virada do milênio. As manifestações de Seattle, Gênova, Praga, Québec, entre outras, foram um ponto de inflexão na forma como os protestos se dão, influenciando desde a política das instituições transnacionais até a relação entre ativistas. Dentro deste quadro, não perdendo de vista que a expressão “movimento antiglobalização” está carregada de contradições, é notável como a parte do movimento que se autodenomina anarquista foi a que contribuiu com mais vitalidade e criatividade para a realização das manifestações. Neste contexto, os grupos Reclaim The Streets e o Black Bloc são exemplos de como o arcabouço prático-teórico do Anarquismo foi importante para a inauguração de um novo paradigma de protesto, em que seus participantes assumam uma postura não-passiva e

“A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A VIDA NUA: O CASO DAS UPPS”

por JULIO CESAR DE MENDONÇA SANTOS FILHO

Com a Guerra às Drogas e a acumulação social da violência ao longo do tempo, causada pelo proibicionismo, novas alternativas tinham que ser desenvolvidas para diminuir as taxas de violência. Sobre a necessidade da militarização da segurança pública, formou-se um forte consenso, produzido e veiculado pela mídia conservadora, sendo esta a tendência notada no pós-Guerra Fria, com a diminuição das ameaças regulares e a ascensão das Novas Ameaças, dentre elas o narcotráfico.

É nesse cenário e, através de operações de contrainsurgência, que surgem as UPPs, em 2008, sendo a primeira instalada no Morro Santa Marta, sob a justificativa oficial de retomar o território do jugo do narcotráfico, libertando os moradores de algumas comunidades de grande interesse estratégico para o governo, localizadas principalmente perto de grandes aparelhos esportivos a serem utilizados nos grandes eventos internacionais, no setor hoteleiro da cidade (a zona sul), no centro ou no caminho entre o Aeroporto Internacional do Galeão, o centro e a zona sul da cidade. O que se viu, porém, não foi uma polícia de proximidade, como o prometido pelo governo, e sim uma polícia-soberana que, através de técnicas biopolíticas de governo, declara o mais cabal estado de exceção nas comunidades ocupadas. O estado de exceção como paradigma de governo, de gestão da miséria, reduz os favelados à vida nua, colocando-os in bando, numa situação em que se indistinguem cidadão e homo sacer.

Nestas comunidades notam-se também: a continuidade da favela como um depósito de refúgio humano, a criminalização da pobreza, a especulação imobiliária, a alta generalizada de preços, a gentrificação e as remoções forçadas. Tudo isto feito em nome da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e dos grandes lucros que os grandes grupos empresariais, inclusive os grandes grupos midiáticos, além do governo, esperam abocanhar com estes eventos. É o desenvolver de um projeto de cidade extremamente dividida, anti-democrática, despolitizada e onde o Capital é o elemento central e não os cidadãos.

AGENDA

APOIO UNIVERSITÁRIO

Nesta seção disponibilizaremos dicas, links interessantes, sites de estágio, dentre outras informações que sirvam de suporte aos universitários, principalmente, os de Relações Internacionais. 🌐



LINKS INTERESSANTES

Instituto de Estudos Estratégicos | <http://www.inest.uff.br/>
Relações Internacionais - UFF | www.uff.br/ri
Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais | www.feneri.org.br/
Associação Brasileira de Estudos de Relações Internacionais - ABRI | <http://www.abri.org.br/>
Associação Brasileira de Estudos de Defesa | <http://www.abedef.org>
Associação Brasileira de Ciência Política | www.cienciapolitica.org.br
Associação Nacional de História | <http://www.anpug.org>
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Políticas (Anpocs) | www.anpocs.org.br
Observatório Político Sul-Americano - OPSA | observatorio.iuperj.br/
PPGEST - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos | <http://www.uff.br/ppgest/>
Comunidade de Internacionalistas | <https://www.facebook.com/comunid.deinternac.92>



OPORTUNIDADES

<http://www.topoportunidades.com.br/>
<http://www.ciadetalentos.com.br/>
<https://www.facebook.com/Opportunitiees>
<http://emprego.catho.com.br/vagas/relacoes-internacionais/>
<https://www.facebook.com/groups/413689925326869/> (Vagas RJ)
<http://vagas.infojobs.com.br/vagas-empregos-relacoes-internacionais.aspx?Palavra=rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais>





VITÓRIAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

por Fernando Roberto de Freitas Almeida

O protagonismo brasileiro nas relações internacionais tem sido algo marcante nesse início de século, tendo sido iniciado, de fato, nos últimos anos do século passado. Para não irmos muito longe, no contexto das comemorações dos primeiros quinhentos anos da descoberta europeia do território brasileiro, em 2000, o governo federal convidou representantes de todos os países da América do Sul, mais os dirigentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Andina de Fomento, para a Primeira Reunião de Presidentes do continente. De fato, foi o primeiro encontro a abranger todos os Estados sul americanos, apontando para um certo descuido do passado quanto à aproximação continental, e antecipando movimentos bastante abrangentes de atuação da diplomacia brasileira. Nos anos seguintes, a realização de diversos encontros, envolvendo países de outros continentes e a montagem de coalizões de geometria variável caracterizaram um projeto ambicioso de nova inserção do país no sistema internacional, de que também fez parte a reabertura ou criação de novas embaixadas brasileiras.

Com um total de 138 embaixadas, é o país latino americano com a maior rede de representação oficial, expressando não apenas o peso atual de sua economia, mas também a busca de maior capacidade de articulação no ambiente internacional, caracterizado pelo crescimento de diversos polos, dotados de autonomia suficiente para postularem reformas tidas como necessárias nas organizações multilaterais e nos atuais regimes internacionais.

Tal rede tem possibilitado diversos sucessos para as intenções do país, como um global player. Assim é que, em 2011, em processo árduo, o candidato brasileiro, José Graziano da Silva, obteve a maioria dos votos dos 180 membros da FAO/ONU e se tornou seu diretor geral, superando, ao final, o candidato europeu, espanhol, apoiado também pelos EUA. Foi a primeira vitória brasileira para uma posição de destaque em organização multilateral, e logo numa de notável valor simbólico, associada à questão da alimentação, temática em que o Brasil vem-se notabilizando há vários anos.

Agora, o país obtém nova vitória destacada, na instituição que, desde 1994, procura regular o comércio internacional, a Organização Mundial do Comércio. Esta passou, em 7 de maio, a ter o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo como seu diretor geral, obtendo a aprovação após seleção entre oito candidatos, avaliados pelos representantes dos 159 membros da OMC e mais uma vez, superando uma candidatura apoiada pelos tradicionais centros do poder mundial.

O prestígio de que o país desfruta, com suas ações de articulação em escala global, a boa qualidade de seus dois representantes e a dedicação das autoridades brasileiras, num momento em que se verifica um enorme esforço para a superação da crise iniciada em 2008 respondem pelo êxito dessas duas postulações. Não se trata tão somente de uma articulação do Sul “emergente” contra o Norte em crise. Trata-se de um vasto processo de reordenamento em curso, em que o Brasil tem bastante a contribuir. 🌐

*Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1976. Graduado em Histoire et Civilisation, pela Université de Nancy, em 1987. Mestre em História, na área de Relações Internacionais, pela Uerj. Doutor em História Política, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, lecionando no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos e no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos. Editor da Revista CADE, publicada pela Faculdade Moraes Junior - Mackenzie Rio. Consultor da revista Brasil Animal Business, da Sociedade Nacional de Agricultura. Experiência nas áreas de Economia Agrícola e História, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura no Brasil, abastecimento alimentar, Economia Política Internacional e Relações Internacionais

O COSMOPOLITICO

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com



ocosmopolitico.com
COSMOPOLÍTICO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS


 /ocosmopolitico
 @ocosmopolitico
 issuu.com/ocosmopolitico

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com